

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Ministério Público do Estado do Piauí



**RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (MPE/PI)
EXERCÍCIO DE 2024**

Ministério Público do Estado do Piauí www.mppi.mp.br

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Brasil. Ministério Público do Estado do Piauí. Relatório de Gestão Consolidado – Exercício de 2024 / Ministério Público do Estado do Piauí – 1. Ed. – Teresina: MPPI, Governança (GOV), 2025

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	COLÉGIO DE PROCURADORES
CLEANDRO ALVES DE MOURA Procurador-Geral de Justiça	ANTÔNIO IVAN E SILVA MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES ROSANGELA DE FATIMA LOUREIRO MENDES CATARINA GADELHA MALTA MOURA RUFINO FERNANDO MELO FERRO GOMES TERESINHA DE JESUS MOURA BORGES CAMPOS RAQUEL DE NAZARÉ PINTO COSTA NORMANDO ARISTIDES SILVA PINHEIRO LUÍS FRANCISCO RIBEIRO ZÉLIA SARAIVA LIMA CLOTILDES COSTA CARVALHO HUGO DE SOUSA CARDOSO ANTÔNIO DE MOURA JÚNIOR LÚCIA ROCHA CAVALCANTI MACÊDO CLEANDRO ALVES DE MOURA
HUGO DE SOUSA CARDOSO Subprocurador de Justiça Institucional	
RODRIGO ROPPI DE OLIVEIRA Subprocurador de Justiça Administrativo	
JOÃO MALATO NETO Subprocurador de Justiça Jurídico	
CLÁUDIA PESSOA MARQUES DA ROCHA SEABRA Chefe de Gabinete	
EVERÂNGELA ARAÚJO BARROS PARENTE Secretária-Geral / Secretária do CSMP	
DENISE COSTA AGUIAR Assessora Especial de Planejamento e Gestão	
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
FERNANDO MELO FERRO GOMES Corregedor-Geral	CLEANDRO ALVES DE MOURA Presidente
ZÉLIA SARAIVA LIMA Corregedora-Geral Substituta	FERNANDO MELO FERRO GOMES Corregedor-Geral
ANA ISABEL DE ALENCAR MOTA DIAS Promotora-Corregedora Auxiliar	TERESINHA DE JESUS MOURA BORGES CAMPOS Conselheira
JOÃO PAULO SANTIAGO SALES Promotor-Corregedor Auxiliar	RAQUEL DE NAZARÉ PINTO COSTA NORMANDO Conselheira
ÉDSEL DE OLIVEIRA COSTA BELLEZA DO NASCIMENTO Promotor-Corregedor Auxiliar	ZÉLIA SARAIVA LIMA Conselheira HUGO DE SOUSA CARDOSO Conselheiro

Elaboração

Assessoria de Planejamento e Gestão

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Negócio

Administração Pública

Missão

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

Visão

Ser uma instituição com atuação resolutiva na defesa da sociedade, no combate à corrupção e criminalidade e na garantia da implementação de políticas públicas.

Valores

- Resolutividade
- Cooperação
- Ética
- Proatividade
- Compromisso

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	NOME
ASSESPPLAGES	Assessoria Especial de Planejamento e Gestão
CAA	Coordenadoria de Apoio Administrativo
CACOP	Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público
CACRIM	Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais
CAODEC	Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e da Cidadania
CAODIJ	Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude
CAODS	Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde
CAOMA	Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente
CBM-PI	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí
CCF	Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
CCS	Coordenadoria de Comunicação Social
CEAF	Centro de Aperfeiçoamento Funcional
CETI	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação
CLC	Coordenadoria de Licitações e Contratos
CTI	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
GACEP	Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial
GAECO	Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
JURCON	Junta Recursal do Procon
OUIDORIA	Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Piauí
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PROCON	Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor
SEMAM	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMARH-PI	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí
SRP	Sistema de Registro de Preços

ILUSTRAÇÕES DO RELATÓRIO

Lista de figuras

Figura 1- Unidades Prestadoras de Contas	14
Figura 2 - Principais normativos direcionadores de atuação do MPPI	15
Figura 3 - Mapa de Polos Regionais do MPPI	16
Figura 4 – Mapa Estratégico 2022-2029 do MPPI.....	18
Figura 5- Organograma da Estrutura Organizacional do MPPI	19
Figura 6- Cadeia de Valor do MPPI.....	20
Figura 7 - Cadeia de Valor do MPPI (Tipos de Processos)	21
Figura 8 - Princípios de Governança.....	22
Figura 9 - Estrutura de Governança do MPPI.....	23
Figura 10 - Governança do Planejamento Estratégico Institucional.....	24
Figura 11 - Governança em Tecnologia da Informação	24
Figura 12 - Nº de Processos analisados pela Controladoria Interna.....	27
Figura 13 – Síntese do esforço de trabalho da Controladoria Interna.....	28
Figura 14 - Resultados do projeto MPPI na Mídia.....	29
Figura 15 - Ciclo PDCA da CLC	31
Figura 16 - Ações realizadas pela CLC em 2024	31
Figura 17 - Dimensão da força de trabalho do MPPI no ano de 2024	34
Figura 18 - SQVT/MPPI.....	35
Figura 19 - Frota de Veículos do MPPI	36
Figura 20 - Metas definidas no PDTI 2024-2026	38
Figura 21 - Principais iniciativas realizadas pela CTI.....	39
Figura 22 - Foco das ações finalísticas do PGA 2024-2025	40
Figura 23 - Área Finalística	41
Figura 24 - Operações realizadas pelo GAECO	46
Figura 25 – Tipos de auxílios prestados a órgãos internos e externos	46
Figura 26 - Importância dos Órgãos Externos ao MPPI para o sucesso das investigações e operações	47
Figura 27 - Resultados alcançados em defesa da educação e cidadania	48
Figura 28 - Projetos e iniciativas realizadas em defesa da infância e juventude	50
Figura 29 - Resultados alcançados em defesa da saúde	51
Figura 30 - Processos de acompanhamento de políticas públicas, gestão e entidades	52
Figura 31 - Série de projetos, práticas e ações desenvolvidas pelo PROCON-MPPI.....	53
Figura 32 - Projetos, práticas e ações em defesa do Meio Ambiente.....	58
Figura 33 - Atuação GACEP.....	61
Figura 34 - Projetos, práticas e ações realizadas pelo CAOCRIM	62

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Esforço de trabalho da Controladoria Interna para a melhoria contínua da gestão.....	28
Gráfico 2 - Engajamento Orgânico das Redes Sociais	30
Gráfico 3 - Licitações realizadas em 2024 (Pregão Eletrônico)	32
Gráfico 4 - Licitações realizadas em 2024 (Outras modalidades)	32
Gráfico 5 - Compras realizadas em 2024 (por modalidades)	33
Gráfico 6 - Gestão de Contratos por UPC.....	33
Gráfico 7 - Gestão de Nota de empenho por UPC	33
Gráfico 8 - Gestão de Contatos: renovação por UPC	34
Gráfico 9 - Gastos com Seguros e Manutenção Gráfico 10 - Gastos com Combustíveis	37
Gráfico 11 - Recurso orçamentário utilizado em TI	38
Gráfico 12 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria do MPPI.....	42
Gráfico 13 - Quantitativo por tipo de manifestações à Ouvidoria do MPPI	43
Gráfico 14 - GAEJ em números (2024)	44
Gráfico 15 - Indicadores de resultados do CACOP	45
Gráfico 16 – CACOP: Apoio aos órgãos de execução e Gráfico 17 - CACOP: remessa aos órgãos de execução.....	45
Gráfico 18 - CACOP: relacionados a eventos e Gráfico 19 - CACOP: relacionados a correspondências.....	45
Gráfico 20 - CAODEC: apoio aos órgãos de execução e Gráfico 21 - CAODEC: remessa aos órgãos de execução.....	48
Gráfico 22 - CAODEC: relacionados a eventos e Gráfico 23 - CAODEC: relacionados a correspondências	49
Gráfico 24 - CAODIJ: apoio aos órgãos de execução e Gráfico 25 - CAODIJ: remessa aos órgãos de execução.....	50
Gráfico 26 - CAODIJ: relacionados a eventos e Gráfico 27 - CAODIJ: relacionados a correspondências	50
Gráfico 28 – CAODS: Apoio aos órgãos de execução e Gráfico 29 - CAODS: remessa aos órgãos de execução.....	52
Gráfico 30 - CAODS: relacionados a eventos e outros e Gráfico 31 - CAODS: relacionados a correspondências	53
Gráfico 32 - Fiscalizações realizadas pelo Procon	54
Gráfico 33 - Atividades da Rede Procon.....	55
Gráfico 34 – Atividades no âmbito Extrajudicial	56
Gráfico 35 - Atividades no âmbito Judicial	56
Gráfico 36 - Atuação da JURCON.....	57
Gráfico 37 - Outros indicadores de resultados - CAOMA.....	58
Gráfico 38 - Resultados Projeto Periciar+	59
Gráfico 39 – Resultados Projeto Incinerar+	59
Gráfico 40 - Resultados Projeto Acervo Zero	59
Gráfico 41 – CAOCRIM: indicadores de esforço e apoio aos órgãos de execução.....	62
Gráfico 42 - CAOCRIM: relacionados a eventos e outros.....	63
Gráfico 43 - CAOCRIM: relacionados a correspondências	63
Gráfico 44 - Orçamento Aprovado para 2024 (FMMP)	66
Gráfico 45 - Orçamento Executado em 2024 (FMMP)	67
Gráfico 46 - Alterações Orçamentárias (FMMP)	68
Gráfico 47 - Análise Comparativa da Arrecadação (FMMP).....	69
Gráfico 48 - Orçamento Aprovado para 2024 (FPDC)	70

Gráfico 49 - Orçamento Executado em 2024 (FPDC) 71

Gráfico 50 - Análise Comparativa da Execução Orçamentária (Despesas Empenhadas) (FPDC)..... 71

Gráfico 51 - Alterações Orçamentárias em 2024 (FPDC) 72

Gráfico 52 - Análise Comparativa da Arrecadação (FPDC)..... 73

Lista de tabelas

Tabela 1 - Contrações mais relevantes de recursos de T.I. 38

Tabela 2 - Demonstrativo do Orçamento Aprovado (PGJ)..... 64

Tabela 3 - Demonstrativo dos Créditos Adicionais - 2024 (PGJ) 64

Tabela 4 - Despesas Empenhadas por Categoria Econômica (PGJ) 65

Tabela 5 - Demonstrativo do Orçamento Aprovado (FMMP)..... 66

Tabela 6 - Despesas Empenhadas por Categoria Econômica (FMMP)..... 67

Tabela 7 - Demonstrativo dos Créditos Adicionais (FMMP) 68

Tabela 8 - Demonstrativo da análise comparativa da arrecadação (FMMP)..... 68

Tabela 9 - Demonstrativo do Orçamento Aprovado (FPDC) 70

Tabela 10 - Despesas Empenhadas por Categoria Econômica (FPDC) 71

Tabela 11 - Demonstrativo dos Créditos Adicionais (FPDC)..... 72

Tabela 12 - Demonstrativo da análise comparativa da arrecadação (FPDC) 72

Sumário

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA.....	12
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	13
1.1. Identificação das Unidades Prestadoras de Contas (UPCs).....	14
1.2. Normas direcionadoras do MPE-PI	14
1.3. Políticas, planos e programas de governo	15
1.4. Gestão Estratégica Organizacional	17
1.4.1. Mapa Estratégico 2022-2029	18
1.4.2. Organograma da Estrutura Organizacional	19
1.4.3. Principais processos e produtos	20
2. GOVERNANÇA, RISCOS E RESULTADOS.....	22
2.1. Governança	22
2.1.1. Planejamento da missão e objetivos estratégicos	25
2.2. Riscos, oportunidades e perspectivas	26
2.2.1 Assessoria de Planejamento e Gestão	26
2.2.2. Controladoria Interna.....	27
2.3. Área estruturante.....	29
2.3.1. Comunicação com a Sociedade.....	29
2.3.2. Gestão de Licitações e Contratos	30
2.3.3. Gestão de Pessoas.....	34
2.3.4. Gestão Patrimonial e Serviços.....	35
2.3.5. Governança e Gestão da Tecnologia da Informação	37
2.4. Área finalística.....	40
2.4.1. Atuação da Ouvidoria do Ministério Público	41
2.4.2. Atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri	44
2.4.3. Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público	44
2.4.4. Combate a Organização Criminosas.....	46
2.4.5. Defesa da Educação e Cidadania.....	48
2.4.6. Defesa da Infância e Juventude	50
2.4.7. Defesa da Saúde	51
2.4.8. Defesa do Consumidor	53
2.4.9. Defesa do Meio Ambiente	58
2.4.10. Promoção da Segurança Pública e a Execução do Controle Externo da Atividade Policial	59
2.4.11. Promotorias Criminais.....	62
3. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	63

3.1. Procuradoria-Geral de Justiça	64
3.1.1. Despesa Fixada	64
3.1.2. Créditos Adicionais	64
3.1.3. Execução da Despesa	65
3.2. Fundo de Modernização do Ministério Público - FMMP	65
3.2.1. Despesa Fixada	66
3.2.2. Execução das despesas.....	66
3.2.3. Créditos Adicionais	67
3.2.4. Receitas Arrecadadas	68
3.3. Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FPDC	69
3.3.1. Despesa Fixada	70
3.3.2. Execução das despesas.....	71
3.3.3. Créditos Adicionais	72
3.3.4. Receitas Arrecadadas	72
Anexos e Apêndices	74

MENSAGEM DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

É com grande satisfação que apresento, de forma sucinta, o Relatório de Gestão referente ao ano-base 2024, um documento que reflete o compromisso do Ministério Público do Estado do Piauí com a transparência, a eficiência e a busca incessante pela promoção da justiça e da cidadania em nosso estado. O ano de 2024 foi marcado por importantes avanços institucionais e pelo fortalecimento de nossas atividades finalísticas, sempre pautados pela defesa



dos direitos fundamentais, pelo combate à corrupção e pela proteção dos interesses difusos e coletivos. Destaco o esforço conjunto de nossos membros e servidores, cuja dedicação e senso de missão permitiram a implementação de projetos inovadores e o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

Entre os principais resultados alcançados, ressalto a ampliação da atuação em iniciativas de combate à violência, a intensificação de programas de inclusão social e o aprimoramento de sistemas de governança e controle interno. Estes avanços refletem o compromisso com a modernização da instituição, investindo em tecnologia e capacitação, promovendo maior celeridade e efetividade nas nossas ações.

Reafirmamos, ao longo do período, o compromisso com a modernização da instituição, investindo em tecnologia e capacitação, promovendo maior celeridade e efetividade nas nossas ações. A aproximação com a sociedade, por meio de iniciativas de diálogo e escuta ativa, também foi uma prioridade, reforçando nosso papel como guardiões da ordem jurídica e promotores da justiça social.

Este relatório detalha os principais resultados alcançados, os desafios enfrentados e as perspectivas para os próximos ciclos, demonstrando nosso empenho em prestar contas de forma clara e responsável à sociedade piauiense. Declaramos, ainda, a total responsabilidade pela integridade das informações aqui contidas, reafirmando nosso compromisso com a ética e a legalidade em todas as ações.

Reitero o compromisso de seguirmos firmes na defesa dos valores democráticos, do Estado de Direito e na promoção de uma justiça mais acessível e equânime para todos.

Agradeço a todos os membros, servidores, parceiros institucionais e, especialmente, à população do Piauí, que confia e apoia o Ministério Público em sua missão de transformar a realidade social por meio do direito e da justiça.

Cleandro Alves de Moura
Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) é uma instituição essencial para a promoção da justiça e a defesa dos direitos da sociedade piauiense. Mais do que um órgão público, o MPPI representa o compromisso de atuar ao lado do cidadão, garantindo que as leis sejam cumpridas e que todos tenham acesso à dignidade, à segurança e à igualdade.

Com a missão de zelar pela ordem jurídica e pelos interesses sociais e individuais indisponíveis, o MPPI busca promover uma sociedade mais justa e solidária. Sua visão institucional vai além da aplicação do direito: aspira ser uma força transformadora, um canal de esperança e justiça acessível a cada pessoa, independentemente de sua condição social.

A estrutura organizacional do MPPI é pensada para ser eficiente e próxima da população. Ela conta com a Procuradoria-Geral de Justiça, responsável pela supervisão de todas as atividades institucionais; o Conselho Superior, que delibera sobre questões estratégicas e administrativas; a Corregedoria Geral, dedicada à fiscalização e orientação dos membros da instituição; e as Promotorias de Justiça, presentes em diversas cidades do estado, atuando diretamente em temas como defesa da infância, meio ambiente, saúde e direitos humanos.

O MPPI não apenas reage a problemas, mas busca preveni-los. Com seu planejamento estratégico, promove uma gestão eficiente, pautada pela ética, resolutividade e cooperação. Esse planejamento é um reflexo do compromisso institucional com a inovação e a qualidade no atendimento ao público.

O ambiente externo em que o MPPI atua é dinâmico e desafiador. As desigualdades sociais, os problemas de acesso a serviços públicos e a luta por direitos básicos exigem uma atuação sensível e proativa. Exemplo disso é a criação pioneira da Ouvidoria da Pessoa com Deficiência, a primeira em um Ministério Público brasileiro, evidenciando o olhar atento à inclusão e à diversidade.

Para se manter próximo da sociedade, o MPPI investe em canais de diálogo abertos, como sua Ouvidoria, e iniciativas que promovem a conscientização e a educação em direitos. Além disso, a modernização tecnológica tem sido uma aliada importante, facilitando o acesso à justiça de forma ágil e transparente.

O MPPI não é apenas uma instituição — é um símbolo de esperança para muitos. Cada ação, cada decisão tomada reflete o compromisso com a construção de um Piauí mais justo, onde a voz de cada cidadão importa e é ouvida com respeito e atenção. É com essa essência humana e transformadora que o MPPI segue sua missão, acreditando que a justiça deve ser não apenas um ideal, mas uma realidade presente no cotidiano de todos.

1.1. Identificação das Unidades Prestadoras de Contas (UPCs)

Figura 1- Unidades Prestadoras de Contas

 UPC: Procuradoria Geral de Justiça	• Natureza jurídica: Administração Direta. • Normativos de criação e data de publicação no Diário Oficial do Estado: Lei Complementar Estadual nº 12/1993 – Lei Orgânica do Ministério Público do Piauí. • CNPJ: 05.805.924/0001-89. • Código da Unidade Gestora: 250101. • Endereço da sede: Rua Álvaro Mendes, 2294, Bairro: Centro, Teresina-PI – CEP 64000-060. • Página na internet: https://www.mppi.mp.br/internet/ • Função de governo predominante: Essencial a Justiça • Tipo de atividade: Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
 UPC: Fundo de Modernização do MPPI - FMMPPi	• Natureza jurídica: Fundo Público da Administração Direta Estadual ou do DF. • Normativos de criação e data de publicação no Diário Oficial do Estado: Lei nº 5.398 de 08/07/2004, publicado no dia 12/07/2004. • CNPJ: 10.551.559/0001-63 • Código da Unidade Gestora: 250102. • Endereço da sede: Rua Álvaro Mendes, 2294, Bairro: Centro, Teresina-PI – CEP 64000-060. • Página na internet: https://www.mppi.mp.br/internet/ • Função de governo predominante: Essencial a Justiça. • Tipo de atividade: Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
 UPC: Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FPDC	• Natureza jurídica: Fundo Público da Administração Direta Estadual ou do DF. • Normativos de criação e data de publicação no Diário Oficial do Estado: Lei nº 6.308 de 30/01/2013. • CNPJ: 24.291.901/0001-48 • Código da Unidade Gestora: 25104. • Endereço completo da sede: Rua Álvaro Mendes, 2294, Bairro: Centro, Teresina-PI – CEP 64000-060. • Página na internet: https://www.mppi.mp.br/internet/ • Função de governo predominante: Essencial a Justiça • Tipo de atividade: Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Fonte: Assessoria para Programação e Gestão Orçamentária

1.2. Normas direcionadoras do MPE-PI

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) atua seguindo normas internas e diretrizes nacionais que garantem um trabalho ético e eficiente em prol da sociedade. Suas regras incluem instruções para investigações criminais, proteção de vítimas e testemunhas, e combate à violência doméstica. Além disso, o MPPI se orienta por valores como foco em resultados sociais, atendimento de qualidade, responsabilidade social e valorização das pessoas, assegurando uma atuação justa, transparente e comprometida com o bem-estar coletivo. É possível acessar cada normativa clicando sobre ele na figura abaixo:

Figura 2 - Principais normativos direcionadores de atuação do MPPI

Âmbito Federal	Âmbito Estadual	Normativos Internos
☐	☐	☐
☐ Constituição Federal	☐ Constituição do Estado do Piauí	☐ Ato PGJ 479/2014
☐ Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - Lei 8.625/1993	☐ Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí - Lei Complementar 12/1993	☐ Ato PGJ 1.079/2021
	☐ Planos de Cargos e Carreiras do MPPI - Lei 6.237/2012	☐ Ato PGJ 1.275/2023
	☐ Lei estadual nº 7.941/2023	☐ Ato PGJ 1.337/2023
		☐ Manual de Resolutividade do Ministério Público Brasileiro

Fonte: Elaborado pela ASSESPLAGES.

1.3. Políticas, planos e programas de governo

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) desenvolve diversas políticas, planos e programas de governo para promover a justiça e o bem-estar da sociedade. Destacam-se o **Plano Geral de Atuação (PGA) 2024/2025** que estabelece diretrizes para a atuação do MPPI por meio de projetos finalísticos estratégicos para o Ministério Público lidar com questões sociais, impactando diretamente a vida das pessoas e promovendo mudanças positivas na comunidade.

Esses projetos são proativos, estabelecem parcerias com diversos setores da sociedade, fortalecem o vínculo entre o MPPI e a comunidade, e contribuem para uma imagem positiva da instituição. Em suma, representam uma ferramenta essencial para a atuação do Ministério Público, demonstrando seu compromisso com a justiça social e o bem comum.

Além desses projetos, o MPPI, por meio do Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP), tem incentivado a criação de Conselhos, Fundos e Planos Municipais de Segurança Pública, conforme a Lei nº 13.675/18, visando a redução da letalidade violenta e a proteção dos grupos vulneráveis.

Essas iniciativas refletem o compromisso do MPPI em promover políticas públicas eficazes para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade piauiense se fazendo presente estrategicamente em todo o Estado por meio de polos regionais.

Figura 3 - Mapa de Polos Regionais do MPPI



Fonte: ASSESPPLAGES

1.4. Gestão Estratégica Organizacional

A gestão estratégica organizacional do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) é fundamental para assegurar a eficiência e a eficácia na promoção da justiça e na defesa dos direitos dos cidadãos piauienses. Adotando um planejamento estratégico bem estruturado, o MPPI define suas diretrizes, objetivos e metas, alinhando suas ações às necessidades da sociedade e aos princípios constitucionais.

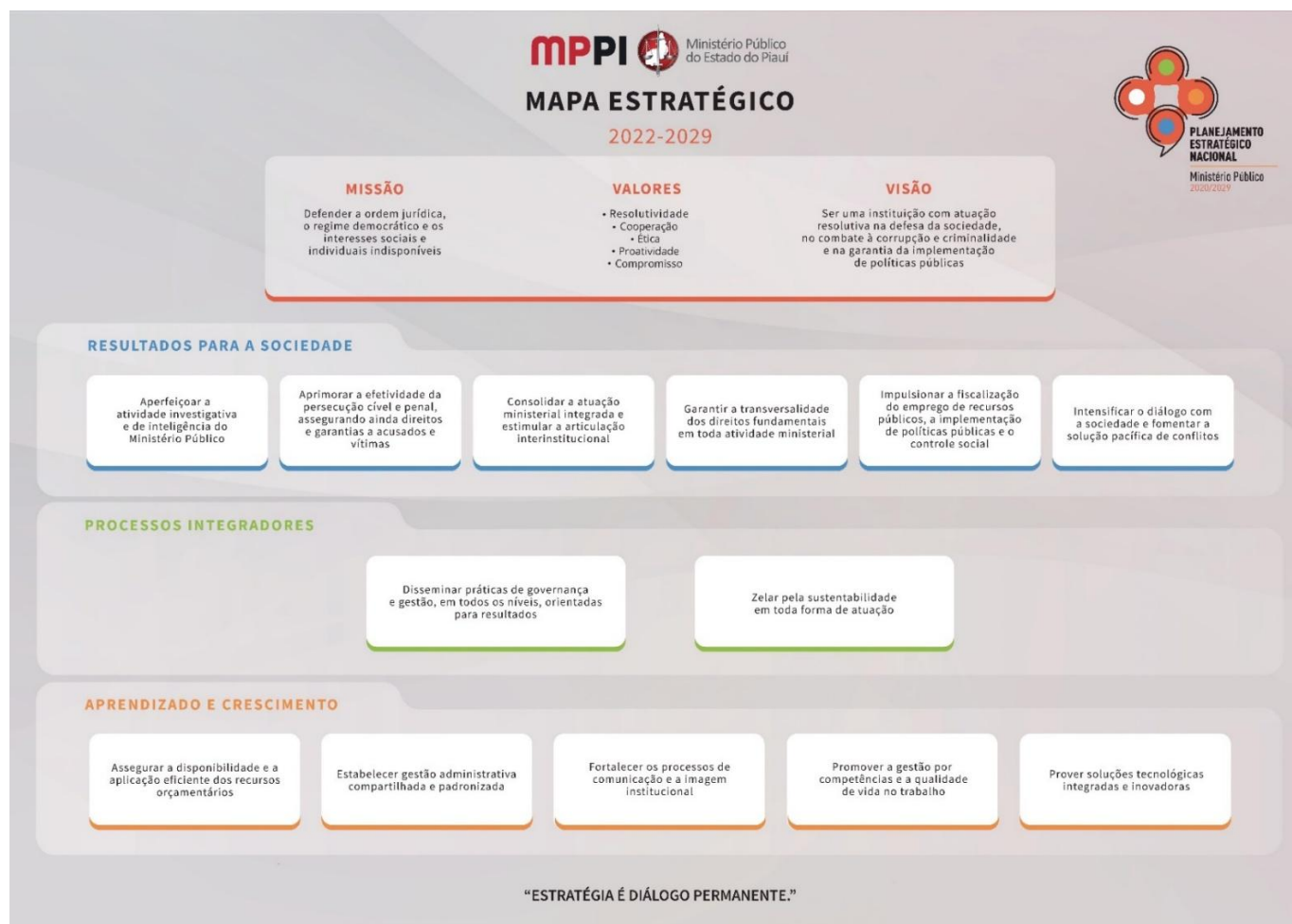
O MPPI segue as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), órgão responsável pelo controle administrativo e institucional do Ministério Público em âmbito nacional. O Planejamento Estratégico Nacional, elaborado pelo CNMP, orienta a atuação dos Ministérios Públicos estaduais, promovendo a padronização de boas práticas e o alinhamento institucional em todo o país. O MPPI adapta essas normativas às suas realidades locais, assegurando que suas ações estejam em conformidade com os princípios de transparência, eficiência e responsabilidade institucional.

No contexto estadual, o MPPI desenvolve seu próprio planejamento estratégico, adaptado às especificidades locais e às demandas regionais. Esse processo é caracterizado por uma construção coletiva, envolvendo membros, servidores e a sociedade civil, reforçando o compromisso com uma gestão participativa e democrática.

Assim, a gestão estratégica no MPPI abrange diversas áreas, incluindo a administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, buscando a máxima eficiência na gestão de pessoal e recursos, sempre em conformidade com as diretrizes do CNMP, dos Órgãos de Controles e práticas modernas de governança pública.

1.4.1. Mapa Estratégico 2022-2029

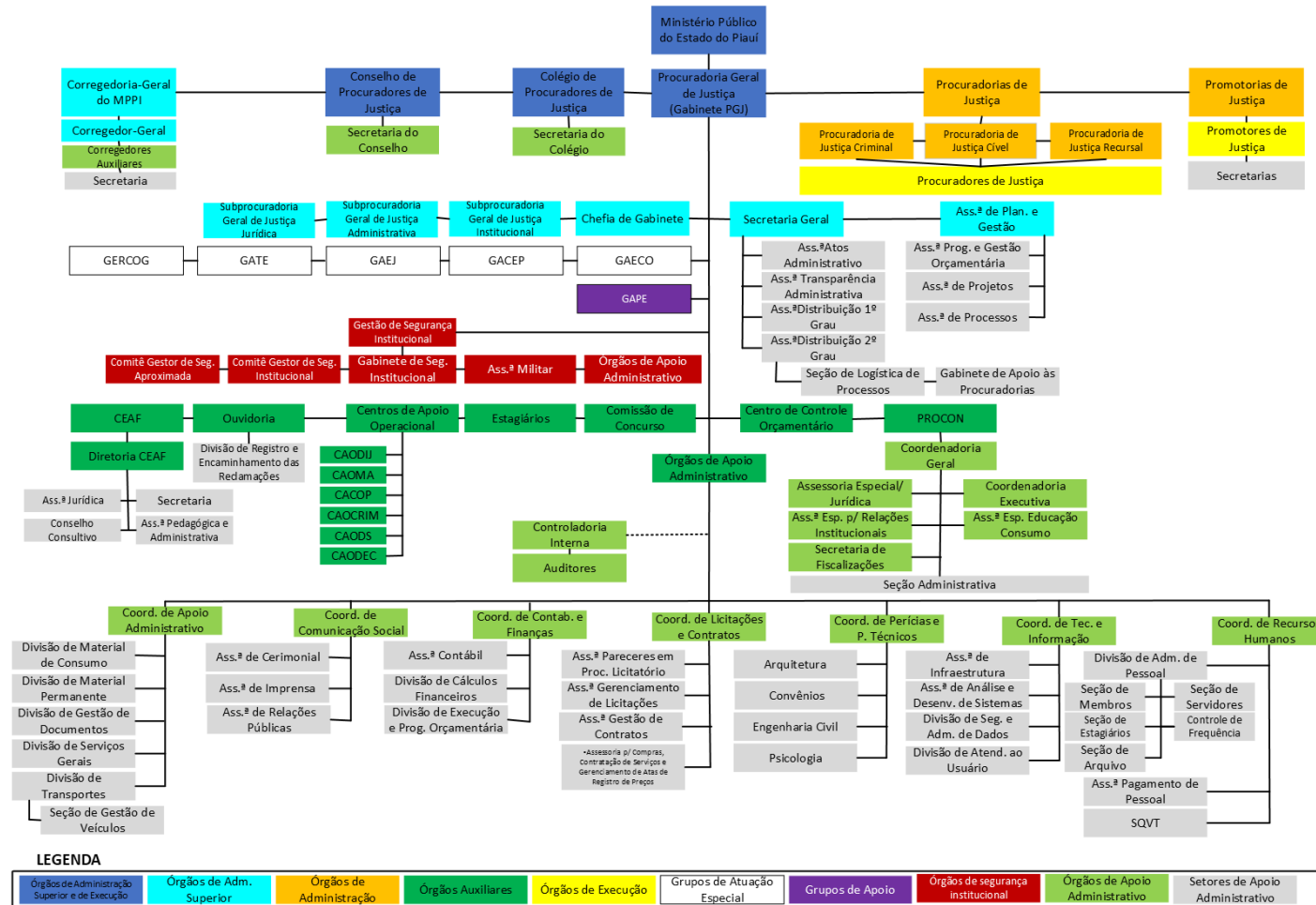
Figura 4 – Mapa Estratégico 2022-2029 do MPPI



Fonte: ASSESPPLAGES

1.4.2. Organograma da Estrutura Organizacional

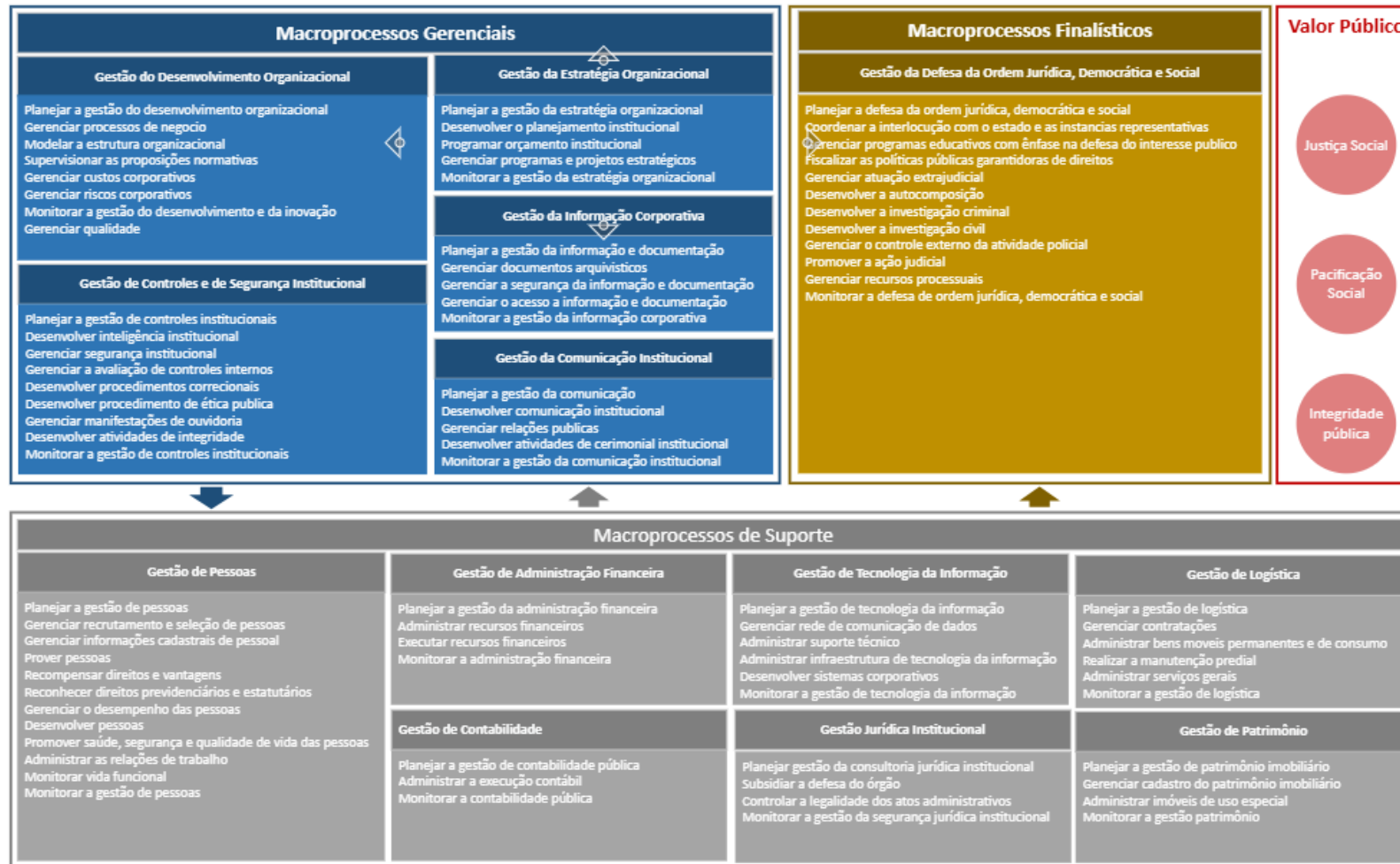
Figura 5- Organograma da Estrutura Organizacional do MPPI



Fonte: ASSESPPLAGES

1.4.3. Principais processos e produtos

Figura 6- Cadeia de Valor do MPPI



Fonte: ASSESPPLAGES

Figura 7 - Cadeia de Valor do MPPI (Tipos de Processos)

CADEIA DE VALOR

Trata-se de modelo visual que representa a visão sistêmica dos macroprocessos organizacionais, de maneira a se obter uma macrovisão do encadeamento destes processos e atividades. É a representação do relacionamento lógico dos processos de trabalho, permitindo uma visualização do fluxo de informações, produtos e atividades que transitam entre vários processos da organização.

A Cadeia de Valor do Ministério Público do Estado do Piauí tem como macro produtos a Justiça Social, a Pacificação Social e a Integridade Pública. Ela é constituída por 1 macroprocesso finalístico, 5 macroprocessos gerenciais e 7 macroprocessos de apoio e os valores produzidos estão em consonância com o Plano Estratégico Institucional (PEI) vigente.

Cabe ressaltar que a gestão por processos é dinâmica e por isso entende-se que no decorrer dos trabalhos de melhoria contínua dos processos, a Cadeia de Valor poderá sofrer alterações para representar de forma mais fiel a realidade da organização.

CATEGORIAS DOS PROCESSOS NOS MPs

Processos Gerenciais

Estão centrados na gestão;

Viabilizam o funcionamento coordenado de vários subsistemas da organização;

Estão relacionados aos processos decisórios e de informações;

Incluem ações de medição e ajuste do desempenho da organização.

Organização Institucional

Fiscalização e Orientação

Planejamento

Processos Finalísticos

São ligados à essência do funcionamento da organização;

São suportados por outros processos internos;

Resultam no produto ou serviço que é recebido pelo cliente;

Atuação Judicial

Atendimento ao Cidadão

Atuação Extrajudicial

Processos de Apoio

São centrados na organização;

Garantem o suporte adequado aos processos finalísticos;

Estão relacionados aos processos que suprem recursos (humanos, materiais, financeiro) para os processos finalísticos.

Gestão Orçamentário-Financeira

Gestão de Pessoas

Apoio Operacional

Aquisição

Gestão da Infraestrutura

Apoio Administrativo

Fonte: Metodologia de Gestão de Processos: Projeto Fomento à Gestão de Processos nos MPs. CNMP. 2016, p. 15.

Fonte: ASSESPPLAGES

2. GOVERNANÇA, RISCOS E RESULTADOS

2.1. Governança

A governança do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) é baseada na adoção de processos de trabalho estruturados que visam assegurar a eficiência, a transparência e a integridade na condução de suas atividades institucionais. A instituição conta com uma organização hierarquizada e colaborativa, composta por órgãos de direção, supervisão, fiscalização e execução, o que possibilita o alinhamento estratégico e o cumprimento de suas funções constitucionais.

Essa abordagem é orientada por princípios como responsabilidade, participação e controle, promovendo a tomada de decisões fundamentadas e a gestão eficiente dos recursos públicos.

A governança no MPPI é orientada por princípios que visam promover a integridade e a eficiência institucional, conforme diretrizes gerais de governança pública:

Figura 8 - Princípios de Governança



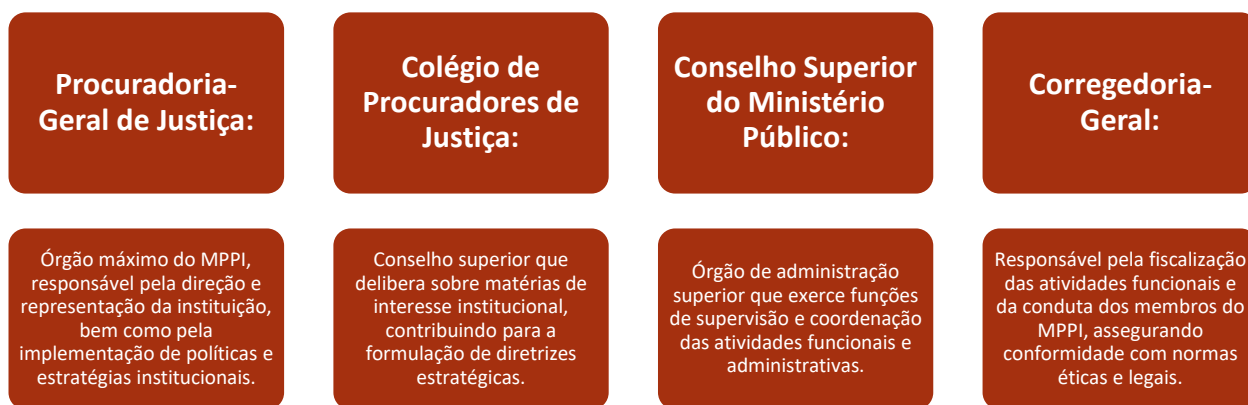
Fonte: Elaborado pela ASSESPPLAGES

A estrutura de governança do MPPI é formada por órgãos que asseguram a direção, representação, supervisão da instituição, sem olvidar da fiscalização das atividades institucionais e das condutas de seus agentes políticos. A Procuradoria-Geral de Justiça é o órgão máximo, responsável pela direção e representação do MPPI, além de implementar políticas e estratégias institucionais. O Colégio de Procuradores de Justiça atua como um conselho superior, deliberando sobre questões institucionais e contribuindo para a formulação de diretrizes estratégicas. O Conselho Superior do

Ministério Público supervisiona e coordena as atividades funcionais e administrativas da instituição, garantindo a eficiência e conformidade com as normas.

A Corregedoria-Geral é encarregada de fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do MPPI, assegurando que as normas éticas e legais sejam cumpridas. Essa estrutura hierárquica permite uma gestão eficiente e transparente, com cada órgão desempenhando um papel específico na supervisão, implementação e controle das ações do Ministério Público, promovendo a integridade e a confiança pública na instituição.

Figura 9 - Estrutura de Governança do MPPI



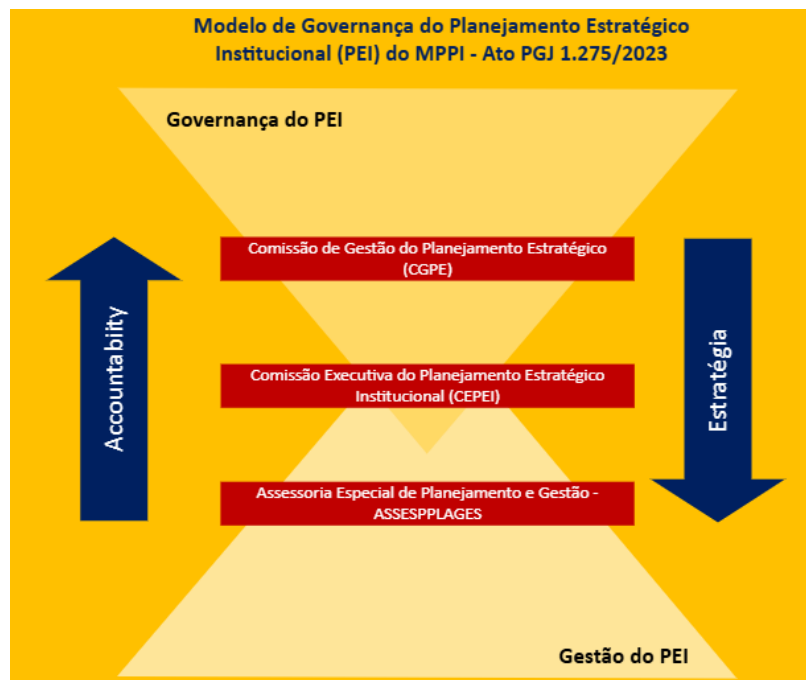
Fonte: Elaborado pela ASSESPPLAGES

O MPPI utiliza instrumentos como planejamento estratégico, comitês e comissões e sistemas de controle interno para garantir a efetividade de sua governança. O Planejamento Estratégico define objetivos e metas alinhados às necessidades sociais e aos princípios constitucionais.

A Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) e a Comissão Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI) são responsáveis pela governança e gestão do planejamento estratégico, respectivamente. A Assessoria de Planejamento e Gestão coordena a elaboração, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação dos indicadores estratégicos, setoriais e operacionais, além de acompanhar o cumprimento das metas estratégicas institucionais, em colaboração com as unidades.

Comitês e Comissões são grupos especializados que auxiliam na tomada de decisões estratégicas e operacionais. Além disso, os Sistemas de Controle Interno monitoram e avaliam a conformidade das ações institucionais com as normas legais e éticas, garantindo a transparência e a eficiência das operações.

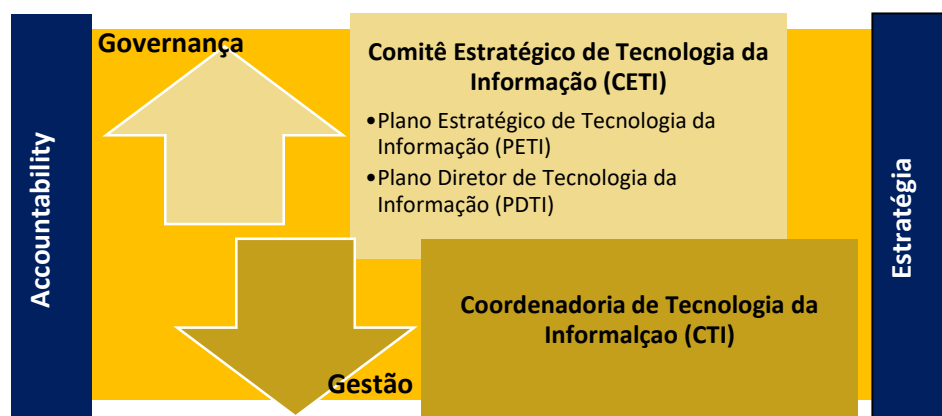
Figura 10 - Governança do Planejamento Estratégico Institucional



Fonte: ASSESPLAGES

No âmbito do MPPI a governança em tecnologia da informação é exercida pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), instituído pelo Ato PGJ Nº 214/2011, alterado pelo Ato PGJ Nº 1.184/2022. Além desses, regem a governança em tecnologia da informação o Ato PGJ Nº 859/2018 e a Resolução CNMP Nº 171/2017. Enquanto a Resolução CNMP Nº 171/2017, institui a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP) o Ato PGJ Nº 859/2018, aprova o Regimento Interno do Grupo do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação - CETI do Ministério Público do Estado do Piauí.

Figura 11 - Governança em Tecnologia da Informação



Fonte: ASSESPLAGES

2.1.1. Planejamento da missão e objetivos estratégicos

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) define sua missão como "defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis".

Para cumprir essa missão, o MPPI elaborou o Plano Estratégico Institucional (PEI) 2022-2029, que orienta suas ações e programas. A construção do PEI envolveu consulta pública e oficinas com membros da instituição e da sociedade, garantindo que as diretrizes estabelecidas reflitam as necessidades e expectativas da população piauiense.

O PEI está estruturado em três perspectivas: resultados para a sociedade, processos integradores e aprendizado e crescimento. Cada perspectiva contém objetivos estratégicos, programas, ações e indicadores que direcionam a atuação do MPPI, assegurando que a missão institucional seja cumprida de maneira eficaz e transparente.

Ao alinhar sua missão com um planejamento estratégico participativo e bem delineado, o MPPI reforça seu compromisso com a promoção da justiça, a defesa dos direitos fundamentais e o fortalecimento do estado democrático de direito no Piauí.

2.1.1.1. Plano Geral de Atuação 2024-2025

Nossa instituição divulgou, em 11 de abril de 2024, seu Plano Geral de Atuação (PGA) para o biênio 2024-2025. Este documento estratégico desdobra o Plano Estratégico Institucional (PEI) em ações concretas, delineando projetos e iniciativas prioritárias que visam atender às demandas sociais e aprimorar a atuação ministerial no estado.

O PGA 2024-2025 abrange uma ampla gama de áreas, incluindo saúde, educação, combate à criminalidade, enfrentamento da violência doméstica, defesa dos direitos da criança e do adolescente, proteção do consumidor e preservação do meio ambiente. Além disso, o plano contempla inovações destinadas a otimizar a estrutura administrativa da instituição, visando maior eficiência e eficácia na prestação de serviços à sociedade.

O processo de elaboração do PGA contou com a participação ativa da sociedade piauiense. Em dezembro de 2023, o MPPI disponibilizou uma pesquisa pública para que os cidadãos pudessem votar em temas prioritários a serem destacados no plano. Essa iniciativa reforça o compromisso da instituição com a transparência e a participação popular na definição de suas diretrizes de atuação.

O PGA está estruturado em projetos finalísticos e projetos estruturantes. Os projetos finalísticos são direcionados à resolução direta de demandas sociais, impactando positivamente a vida da população. Já os projetos estruturantes fornecem suporte e recursos necessários para as atividades finalísticas, concentrando-se na melhoria da infraestrutura, dos processos internos e das capacidades

operacionais do MPPI.

Com a implementação do Plano Geral de Atuação 2024-2025, o MPPI reafirma seu compromisso com a promoção da justiça e a defesa dos direitos dos cidadãos piauienses, alinhando suas ações às necessidades sociais e aos princípios constitucionais.

2.2. Riscos, oportunidades e perspectivas

No planejamento estratégico do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), foram identificados diversos riscos e desafios que impactam a eficácia das suas ações. Esses riscos incluem fatores operacionais, orçamentários, legais e tecnológicos. A Assessoria de Planejamento e Gestão, juntamente com a Controladoria Interna, tem sido fundamental na mitigação desses riscos, implementando medidas de controle e ações proativas de monitoramento. Por exemplo, a controladoria atua diretamente na fiscalização de processos administrativos e orçamentários, o que contribui para a redução de riscos financeiros e operacionais. Além disso, são constantemente realizadas orientações técnicas para assegurar o cumprimento das normas legais e a eficiência nos processos administrativos.

Além dos riscos, o MPPI também identifica oportunidades para aprimorar sua atuação. A integração de novas tecnologias e a implementação de sistemas de monitoramento são algumas dessas oportunidades, com destaque para o uso de soluções em Tecnologia da Informação para otimizar a gestão de dados e a transparência institucional. A criação de painéis de Business Intelligence (BI) e a utilização do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) para monitoramento de processos, como o acompanhamento de Acordos de Não Persecução Cível (ANPC), têm proporcionado um avanço significativo na efetividade das ações. O planejamento estratégico do MPPI, com seus programas e metas, visa, ainda, a construção de uma gestão mais eficiente e transparente, alinhada aos valores institucionais e à missão de defesa da ordem jurídica e dos direitos sociais.

2.2.1 Assessoria de Planejamento e Gestão

A Assessoria de Planejamento e Gestão no MPPI tem como missão coordenar o desenvolvimento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Essa unidade é responsável por garantir que o PEI, que orienta as ações e os projetos estratégicos da instituição para o período de 2022-2029, seja executado de forma eficaz. A Assessoria atua com base em diretrizes que envolvem os valores de resolutividade, cooperação, ética, proatividade e compromisso, fundamentais para a gestão pública eficiente. A principal função da Assessoria é garantir que as estratégias institucionais sejam cumpridas por meio do acompanhamento

sistemático dos indicadores estratégicos, setoriais e operacionais.

Essa unidade também se ocupa de coordenar as comissões responsáveis pela governança do planejamento estratégico, promovendo o alinhamento entre os diversos setores do MPPI e garantindo que a execução de suas ações esteja sempre em conformidade com as diretrizes e metas estabelecidas. O acompanhamento contínuo dos projetos estratégicos e o monitoramento das suas respectivas métricas fazem parte das atividades centrais da Assessoria.

2.2.2. Controladoria Interna

A Controladoria Interna do Ministério Público é responsável por monitorar e orientar a gestão administrativa no MPPI. Ela realiza atividades de controle, especialmente, a terceira linha nos procedimentos administrativos, incluem-se as atividades que agregam valor a governança, sem olvidar das atividades de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, e verificação da conformidade legal.

O objetivo principal é mitigar riscos e ajudar a instituição a atingir suas metas institucionais. Além disso, a Controladoria Interna auxilia outras unidades do MPPI na implementação das normas de gestão pública, expede recomendações e orientações para facilitar a tomada de decisões, sem olvidar do papel de fiscalização de despesas públicas e da receita pública nos procedimentos de licitações, de contratações de pessoais no âmbito do MPPI e da conformidade dos ingressos de receita pelos Fundos Especiais do Ministério Público do Estado do Piauí, bem como os duodécimos repassados ao Ministério público do Estado do Piauí.

De outra banda, acompanhar a prestação de contas da gestão do MPPI junto ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, além de monitorar a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Controladoria Interna do Ministério Público no exercício de 2024 analisou 1.116 Procedimentos de Gestão Administrativa nas áreas de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de pessoal a fim de assegurar a conformidade dos Atos de Gestão Administrativas. O valor total dos processos analisados ultrapassou R\$ 74 milhões de reais.

Figura 12 - Nº de Processos analisados pela Controladoria Interna

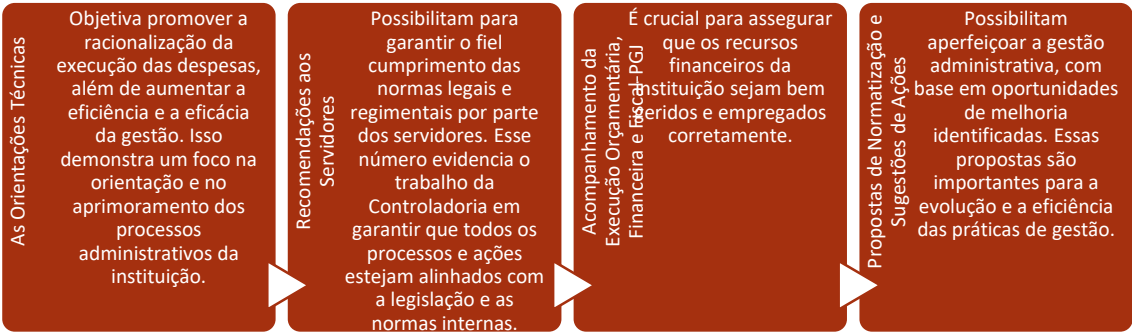


Fonte: Controladoria Interna

Este desempenho reflete uma atuação significativa na supervisão da gestão pública, permitindo uma avaliação abrangente e a identificação de possíveis irregularidades, garantindo que as operações da instituição sejam realizadas dentro dos parâmetros legais, orçamentários e financeiros estabelecidos. A análise de um montante tão expressivo demonstra a eficácia do controle interno e sua contribuição para a transparência e a correta utilização dos recursos públicos.

A atuação ativa e contínua da Controladoria Interna na melhoria da gestão administrativa e no acompanhamento da execução orçamentária, financeira e fiscal culmina na elaboração e expedição de orientações técnicas, recomendações e propostas de normatização e sugestões de ações conforme ilustração:

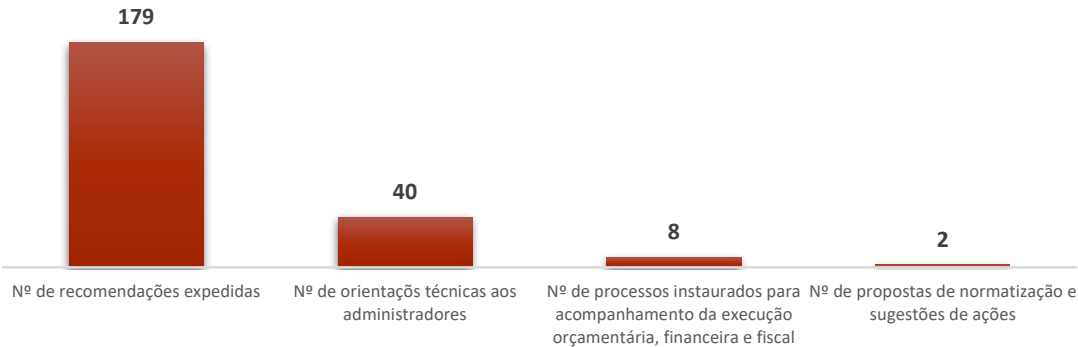
Figura 13 – Síntese do esforço de trabalho da Controladoria Interna



Fonte: Elaborado pela ASSESPPLAGES

O esforço de trabalho da Controladoria Interna em 2024, nos parâmetros acima, culminou em resultados que refletem um desempenho ativo e preventivo da unidade, que não apenas realiza a fiscalização e o controle, mas também contribui proativamente para a melhoria contínua da gestão dentro do Ministério Público com um enfoque, também, no resultado.

Gráfico 1 – Esforço de trabalho da Controladoria Interna para a melhoria contínua da gestão



Fonte: Controladoria Interna

2.3. Área estruturante

No Ministério Público, as unidades estruturantes desempenham um papel importante, englobando áreas como gestão, administração, orçamento, comunicação, tecnologia da informação e recursos humanos. Essas unidades são responsáveis pelo apoio essencial à operação da instituição, garantindo a eficiência e oferecendo suporte aos processos finalísticos. Elas também gerenciam os processos que orientam os objetivos estratégicos da instituição, alinhando-se à sua missão e metas. Em outras palavras, essas unidades não só suportam, mas também facilitam a execução do planejamento estratégico do MPPI.

2.3.1. Comunicação com a Sociedade

A Coordenadoria de Comunicação Social com a finalidade de estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada desenvolveu as ações:

I - Participação direta na execução do Plano de Contratações Anual 2024, com a celebração, renovação e manutenção de contratos de interesse de diversas unidades da instituição, a exemplo dos que possuem como objeto a emissão de passagens aéreas, a confecção de material gráfico, a produção de clipping jornalístico, o fornecimento de alimentação durante eventos, a confecção de medalhas e troféus institucionais e a ornamentação de ambientes;

II - Realização de eventos institucionais de integração e prestação de apoio a eventos organizados pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e o Comitê de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, com desenvolvimento de formulário próprio padronizado;

III - Desenvolvimento e implementação, no Sistema Eletrônico de Informações, de formulário padronizado de requisição para elaboração de campanhas, ou seja, melhoria no processo de campanhas institucionais.

Para fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional foi realizado o Projeto MPPI na Mídia alcançando os resultados:

Figura 14 - Resultados do projeto MPPI na Mídia

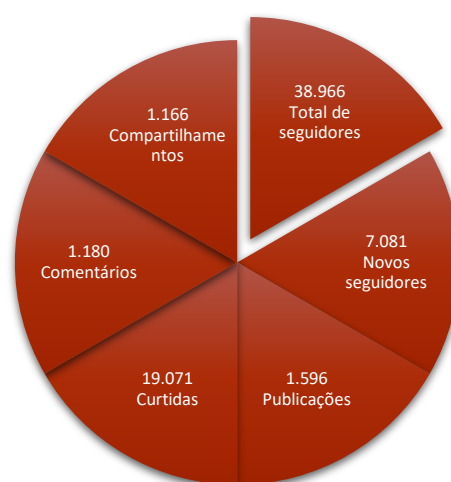


Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social

O Projeto MPPI na Mídia promoveu um avanço significativo na disseminação das ações do Ministério Público do Estado do Piauí, através da cooperação com diversas emissoras de rádio e televisão (Rádio Universitária, Rádio e TV Cidade Verde, Rádio Pioneira, FM Cultura, TV e Rádio Assembleia, Rádio e TV Antares) para veiculação de programas jornalísticos produzidos pelo MPPI, além da produção de conteúdo multiplataforma. As 1.014 matérias jornalísticas publicadas no portal e as 65 edições do programa televisivo MPTV são destaques importantes na comunicação institucional, ampliando a visibilidade da atuação do MPPI, além de demonstrar também uma forte presença nos meios audiovisuais, com 50 boletins informativos e 15 podcasts produzidos para a Rádio MPPI.

Gráfico 2 - Engajamento Orgânico das Redes Sociais

Houve crescimento do engajamento total nas postagens no Instagram MPPI Oficial (soma orgânica do número de curtidas, compartilhamentos, comentários e posts salvos) 66.781, a partir da atualização dos perfis institucionais do MPPI nas redes sociais Instagram, Face book, X e Threads, com 1.596 publicações; a captação de mais 7.081 seguidores no Instagram, totalizando 38.966; 19.071 curtidas em postagens; 1.180 comentários e 1.166 compartilhamentos. A realização do 9º Prêmio MPPI de Jornalismo também foi uma importante



Fonte: CCS

iniciativa para fomentar a produção de conteúdo jornalístico sobre a atuação do Ministério Público. Esses resultados refletem um uso eficaz das plataformas de comunicação e uma aproximação maior com o público, fortalecendo a transparência e a prestação de contas do MPPI. O engajamento com as mídias sociais, especialmente no Instagram e no YouTube, mostra que as ações institucionais estão sendo bem recebidas, com um público ativo e interessado no conteúdo produzido.

2.3.2. Gestão de Licitações e Contratos

A estrutura do planejamento orçamentário e da execução do MPPI é voltada para garantir a transparência, eficiência e o uso adequado dos recursos públicos. A Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC) seguindo plano estratégico da instituição desenvolveu práticas e ações que visam à organização e fiscalização de todas as aquisições e contratações, conforme descrito no PEI.

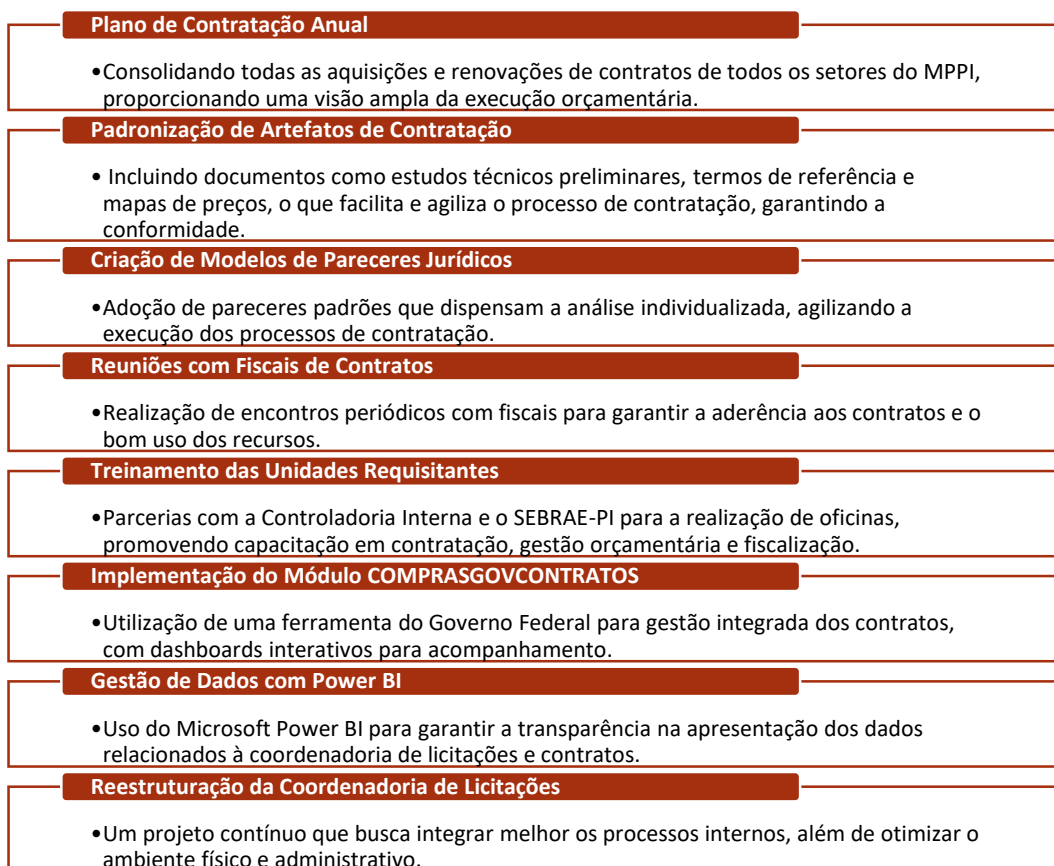
Figura 15 - Ciclo PDCA da CLC



Fonte: Elaborado pela ASSESPPLAGES e CLC.

Para assegurar a eficiência do uso dos recursos, melhorar a transparência na gestão e promover a modernização contínua da gestão pública dentro do MPPI foram realizadas as seguintes ações:

Figura 16 - Ações realizadas pela CLC em 2024



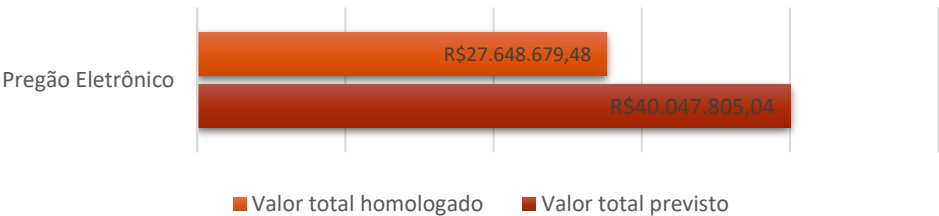
Fonte: Elaborado pela ASSESPPLAGES

Para estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada adotamos as compras compartilhadas desenvolvidas no âmbito do Comitê de Gestão de Políticas Administrativas,

FNG/CNMP. Um dos destaques dessa iniciativa é a primeira compra compartilhada de uma solução em Tecnologia da Informação, focada em "cofres e senhas". O projeto envolve a participação de oito órgãos de diferentes estados do Brasil, com um valor estimado de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões). Além disso, o Comitê está planejando uma ação de compras compartilhadas entre os Ministérios Públicos de todo o Brasil, buscando otimizar recursos e promover uma gestão mais eficiente.

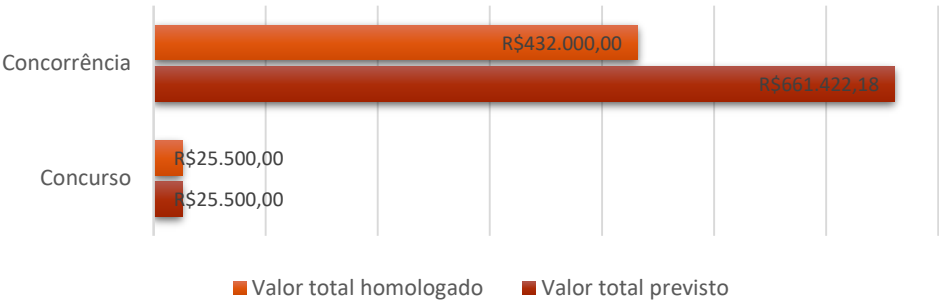
Em 2024, o MPPI realizou 16 licitações, com destaque para o Pregão Eletrônico (14 certames). O valor total previsto foi de R\$ 40,73 milhões, enquanto o valor homologado ficou em R\$ 28,11 milhões. A Tomada de Preços e o Leilão não tiveram licitações, enquanto a Concorrência e o Concurso tiveram valores reduzidos. O concurso teve o valor homologado igual ao previsto.

Gráfico 3 - Licitações realizadas em 2024 (Pregão Eletrônico)



Fonte: CLC

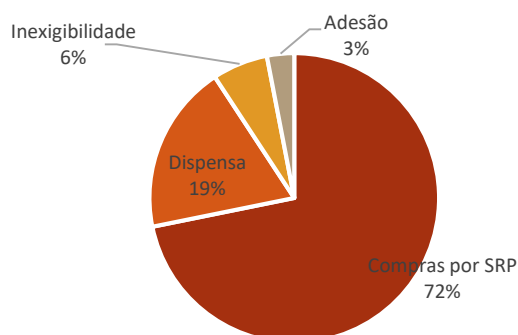
Gráfico 4 - Licitações realizadas em 2024 (Outras modalidades)



Fonte: CLC

Em 2024, foram realizadas 139 compras, totalizando R\$ 9.231.870,26. A modalidade mais utilizada foi a Compra por SRP, com 87 aquisições e R\$ 6.629.856,30, que permite condições vantajosas por meio de negociação de volumes. Seguiram-se as Compras por Dispensa, com 17 aquisições e R\$ 1.748.746,00, feitas em situações excepcionais. As Inexigibilidades somaram 14 compras e R\$ 572.893,26, aplicadas quando não há concorrência. Foram realizadas 2 Adesões a Atas (Caronas), totalizando R\$ 280.374,70, aproveitando contratos de outros órgãos. As Liberações de Atas não têm valores especificados, pois são automatizadas no sistema Comprasgov.

Gráfico 5 - Compras realizadas em 2024 (por modalidades)



Fonte: CLC

Gráfico 6 - Gestão de Contratos por UPC

A seguir temos a representação gráfica da gestão de contratos, notas de empenho e ordens de fornecimento realizados pelo MPPI em 2024, organizados por contratante e tipo de contrato. A PGJ (Procuradoria Geral de Justiça) foi responsável por 173 contratos, totalizando R\$ 15.123.352,28, além de 7 Notas de Empenho no valor de R\$ 63.666,08, mas não houve Ordens de Fornecimento. O FMMPPi (Fundo de Modernização do MPPI) teve 94 contratos, somando R\$ 18.499.673,77, com 1 Nota de Empenho de R\$ 12.000,00 e nenhuma Ordem de Fornecimento. Por fim, o FEPDC (Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor) realizou 41 contratos, totalizando R\$ 1.562.692,98, mas não registrou Notas de Empenho nem Ordens de Fornecimento.

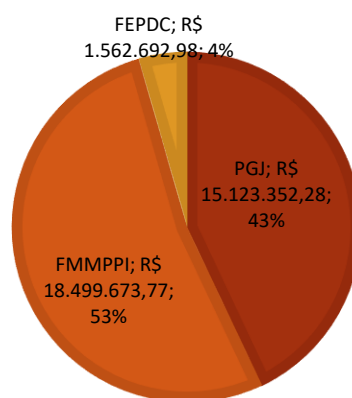
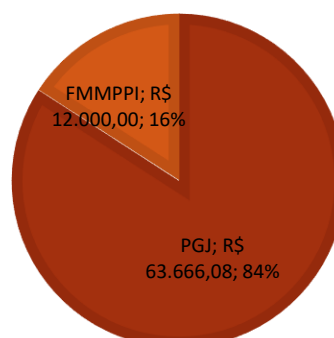


Gráfico 7 - Gestão de Nota de empenho por UPC

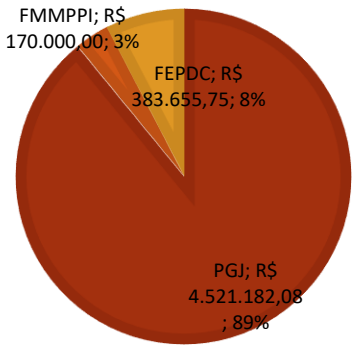
A maior parte das aquisições foi feita por contratos formais, com destaque para os do FMMPPi e PGJ, enquanto Notas de Empenho e Ordens de Fornecimento foram secundárias. O uso predominante de contratos reflete uma estratégia de maior formalidade e planejamento para as aquisições do MPPI, com pouca utilização de Ordens de



Fornecimento, que são mais informais e de caráter mais específico.

Gráfico 8 - Gestão de Contatos: renovação por UPC

Quanto a prorrogação de contratos a Procuradoria Geral de Justiça foi responsável pela maior parte das renovações, com 25 contratos totalizando R\$ 4.521.182,08, indicando renovação de contratos significativos. O FEPDC teve 3 renovações, totalizando R\$ 383.655,75, com valores intermediários. O FMMPPI registrou 1 renovação de R\$ 170.000,00. No geral, o PGJ liderou em valores, enquanto FMMPPI e FEPDC realizaram renovações de menor magnitude, refletindo suas demandas específicas.



Fonte: CLC

2.3.3. Gestão de Pessoas

Figura 17 - Dimensão da força de trabalho do MPPI no ano de 2024

Em 2024, o Ministério Público do Estado do Piauí contou com uma força de pessoal composta por membros, servidores e estagiários conforme figura ao lado. Os números destacam uma equipe diversificada, com um equilíbrio entre pessoal efetivo, comissionado e estagiários, permitindo uma gestão eficiente e flexível na instituição.



Fonte: CRH

A Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH) implementou práticas e ações com o objetivo de melhorar a vida funcional dos integrantes do MPPI, focando no ambiente de trabalho, senso de pertencimento e outros aspectos essenciais. Entre as iniciativas realizadas, destacam-se as reuniões mensais para avaliação das demandas, que proporcionaram um espaço dedicado ao diálogo,

ao alinhamento de prioridades e à identificação de melhorias necessárias, promovendo maior integração e eficiência no setor.

Além disso, os cafés da manhã coletivos, realizados regularmente, foram momentos importantes para fortalecer o convívio social, estimular a interação entre os integrantes e cultivar o sentimento de equipe. Também foram organizadas celebrações de momentos especiais, como chás de bebê e comemorações de aniversários, que celebraram marcos importantes na vida dos integrantes, reforçando os vínculos e o apoio mútuo entre os colegas.

.....

Figura 18 - SQVT/MPPI



Fonte: Site do mppi

O Comitê de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (SQVT), vinculado à CRH, desempenhou um papel essencial na promoção do bem-estar dos integrantes do MPPI. O comitê organizou palestras e minicursos voltados para o desenvolvimento pessoal e profissional, além de ações especiais em datas comemorativas, como o Dia das Mães, o Dia dos Pais, Outubro Rosa e

Setembro Azul. O setor também implementou programas focados na saúde e no bem-estar, incluindo uma campanha de vacinação, com a disponibilização de vacinas diretamente na sede, reforçando o cuidado com a saúde e qualidade de vida de todos os integrantes da instituição.

Essas práticas e ações geraram impactos significativos no bem-estar e ambiente de trabalho. Qualitativamente, observou-se um aumento na integração e colaboração entre os integrantes, no fortalecimento dos laços sociais e na melhoria do clima organizacional. Já quantitativamente, houve um crescimento na participação nas atividades, com maior engajamento e interesse por iniciativas sociais e coletivas dentro do ambiente de trabalho. Esses resultados refletem um maior envolvimento e motivação dos integrantes, demonstrando o sucesso das ações implementadas.

2.3.4. Gestão Patrimonial e Serviços

A gestão patrimonial do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) é responsabilidade da Coordenadoria de Apoio Administrativo e da Divisão de Material Permanente. Essa divisão gerencia aquisições, estoque, armazenamento, tombamento e controle dos bens patrimoniais. Além disso,

realiza a emissão de termos de responsabilidade, baixa de bens inservíveis, e realiza inventários periódicos.

Em 2024 o número de bens tombados foi de 509, com um valor total de R\$ 738.848,35. Isso significa que houve um esforço significativo para preservar o patrimônio, com uma quantidade considerável de bens sendo registrados legalmente, refletindo um valor relevante em termos de conservação histórica ou cultural.

Figura 19 - Frota de Veículos do MPPI

A frota de veículos do MPPI, desde 2022, conta com um total de 63 veículos, sendo 39 carros e 24 motocicletas, ou seja, não houve compra de automóveis em 2024, nem nos dois anos anteriores (2022 e 2023).



A instituição prioriza a manutenção e utilização da frota existente, ao invés de

Fonte: CAA

expandi-la. Essa estabilidade no número de veículos reflete uma estratégia de contenção de custos e uma otimização dos recursos disponíveis, garantindo que a frota atual seja suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em 2024, a gestão da frota envolveu um gasto significativo, com R\$ 58.865,77 destinados ao seguro veicular e R\$ 330.033,17 à manutenção dos veículos. O valor maior em manutenção reflete a prioridade dada à conservação e bom funcionamento da frota, enquanto o seguro cobre os riscos associados aos veículos. Esses gastos indicam uma estratégia focada na eficiência operacional e segurança.

Os gastos com combustíveis e produtos usados na frota de veículos do MPPI demonstra o Diesel S10 como maior gasto, que totalizou R\$ 232.622,82, indicando que esse combustível foi o mais utilizado por nossos veículos. O Diesel Aditivado consumiu R\$ 10.778,68, enquanto o Diesel comum teve um gasto de R\$ 8.576,55, refletindo a importância do diesel na operação de veículos maiores. Já com a Gasolina, o MPPI gastou R\$ 111.960,68 com Gasolina Comum e R\$ 71.450,72 com Gasolina Aditivada, mostrando o uso significativo desses combustíveis em nossos veículos leves. Por último, o ARLA 32, utilizado para reduzir a emissão de poluentes nos veículos a diesel, teve um gasto de R\$ 561,00, o que demonstra a preocupação com a sustentabilidade e o cumprimento das normas ambientais.

Gráfico 9 - Gastos com Seguros e Manutenção

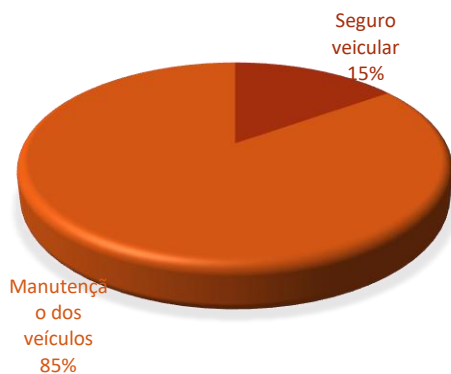
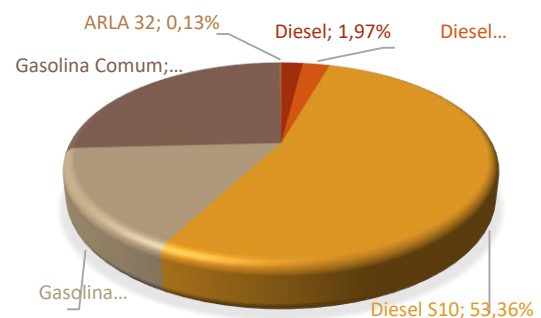


Gráfico 10 - Gastos com Combustíveis



Fonte: CAA

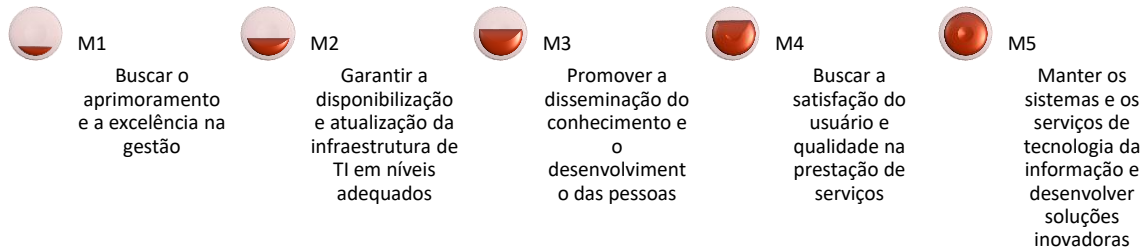
Esses números revelam como o MPPI mantém sua frota operando de maneira eficiente e sustentável.

2.3.5. Governança e Gestão da Tecnologia da Informação

No Ministério Público do Estado do Piauí, a governança em tecnologia da informação é gerida pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), criado pelo Ato PGJ Nº 214/2011 e atualizado pelo Ato PGJ Nº 1.184/2022. Além disso, a governança de TI é regida pela Resolução CNMP Nº 171/2017, que estabelece a Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP), e pelo Ato PGJ Nº 859/2018, que aprova o Regimento Interno do CETI do MPPI.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do MPPI vigente contempla às necessidades de TI para o período de 2024 a 2026, integrando-se ao Planejamento Estratégico Institucional. O Plano de Metas expressa o alinhamento da TI com as metas do órgão e com as metas definidas no Plano Estratégico de TI. As metas foram definidas para cada uma das 05 (cinco) categorias definidas na catalogação das necessidades: Soluções Tecnológicas, Pessoal/Capacitação, Infraestrutura, Atendimento ao Usuário e Gestão. As necessidades contribuem para o cumprimento das metas por isso a elas se associam.

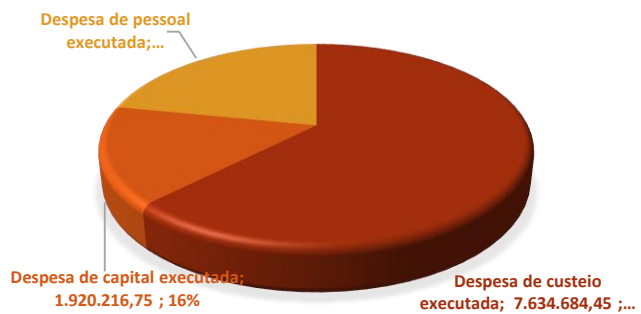
Figura 20 - Metas definidas no PDTI 2024-2026



Fonte: CTI

Gráfico 11 - Recurso orçamentário utilizado em TI

O recurso orçamentário utilizado para tecnologia da informação para o exercício de 2024 foi na ordem de R\$ 12.231.177,35. Conforme gráfico.



Fonte: ASSESPPLAGES

A seguir tem-se tabela com as contratações mais relevantes de recursos de TI no ano de 2024.

Tabela 1 - Condições mais relevantes de recursos de T.I.

Contrato - Nº 60/2024 FMMP/PI	Serviços gerenciados de computação em nuvem sob o modelo de cloud broker (integrador) de multinuvm.	Vigência 13/11/2026 R\$ 10.500,000,00
CONTRATO - Nº 51/2024/FMMP/PI	Prestação de serviços técnicos especializados através de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC.	Vigência 17/10/2026 R\$ 3.018.093,36
CONTRATO Nº 12/2024/FMMP/PI	Solução de HCI envolvendo processamento, armazenamento, conectividade, virtualização, sistema.	Vigência 17/04/2025 R\$ 1.823.705,00

Fonte: CTI

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação, no ano de 2024, produziu importantes contribuições para o exercício da função do Ministério Público.

Figura 21 - Principais iniciativas realizadas pela CTI

Automação de processos utilizando a ferramenta Ansible.	Redução de custos da nuvem ao implantar a solução de hiperconvergência e remanejar as máquinas para datacenter local.	Apoio na correção do CNMP.	Atualização do sistema Athenas	Cartilha LGPD Proteção de Dados
Configuração do COMPRASGOV com SEI interno	Criação do mapa do site do novo portal da transparência.	Entrega da funcionalidade de ANPP do SIMP	Entrega do Sistema ProMulher	Geração da Ficha Funcional automatizada pelo Athenas.
Implantação da venda de Férias de cinco dias Athenas.	Implantação de firewall na nuvem (Zscaler) para análise de tráfego.	Implantação do auxílio Alimentação Athenas.	Implantação do auxílio Saúde Athenas.	Implantação do SEI Federação
Implementação de rede de alta performance	Instituição da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR/MPPI)	Integração SIMP x SEEU	Mapeamento de Dados LGPD	Melhorias de desempenho no SIMP
Melhorias na integração com MNI com o SIMP	Melhorias no Pharos, sistema da corregedoria	Monitoramento proativo de máquinas utilizando Zabbix	Painel de BI referente à produtividade das procuradorias de justiça.	Registro do movimento de ciência através do MN.

Fonte: CTI

2.3.6. Lei de Proteção de Dados Pessoais

O Ministério Público do Estado do Piauí está plenamente comprometido com o cumprimento da LGPD¹. Esse compromisso é evidenciado pelo alinhamento às diretrizes da lei no tratamento de dados pessoais dos cidadãos, assegurando sua proteção e preservando os direitos de seus titulares. Além disso, o MPPI possui o compromisso de propagar a importância dos direitos relativos à privacidade e à proteção de dados pessoais, com base nos princípios fundamentais da LGPD: Finalidade, Adequação, Necessidade, Livre Acesso, Qualidade dos Dados, Transparência, Prevenção, Segurança, Não Discriminação, Responsabilização e Prestação de Contas.

O MPPI desenvolveu projetos e ações como: Projeto Guardiões, elaboração de cartilha, realização de seminários, mapeamento de dados pessoais, elaboração de políticas de gestão de incidentes de proteção de dados, plano de comunicação de incidentes, plano de resposta de incidente de segurança, criação de canal de comunicação do encarregado de dados, termo de uso do site do MPPI, criação do comitê estratégico de proteção de dados e da Secretaria Executiva de Proteção de

¹ <https://www.mppi.mp.br/internet/lgpd/>

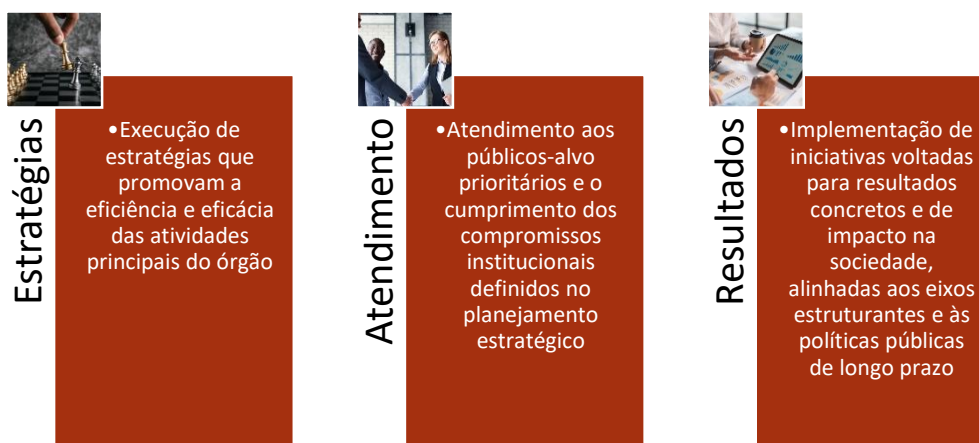
Dados, elaboração do plano diretor de proteção de dados.

Alcançando resultados como: Adequação da Ouvidoria à LGPD; Promoção da colaboração entre as áreas jurídicas, técnicas e administrativas para proteção de dados pessoais; Adequação do MPPI à Resolução nº 281/CNPM; Adequação dos formulários da ouvidoria; Modificações nos sistemas para incorporar as exigências de minimização de dados; Revisão e adequação de instrumentos jurídicos (contratos, convênios e termos de cooperação).

2.4. Área finalística

A área finalística é responsável pelas atividades diretamente relacionadas ao cumprimento da missão institucional, ou seja, aquelas que atendem aos objetivos principais do órgão ou entidade. No contexto do Plano Geral de Atuação 2024-2025, as ações finalísticas estão focadas em:

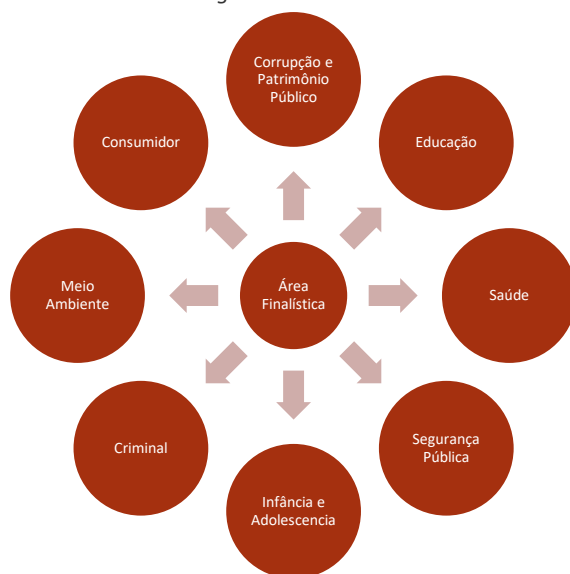
Figura 22 - Foco das ações finalísticas do PGA 2024-2025



Fonte: Elaborado pela ASSESPPLAGES

A seguir temos os eixos temáticos finalísticos trabalhados no ciclo 2023-2025, e respectivos resultados:

Figura 23 - Área Finalística



Fonte: elaborado pela ASSESPPLAGES

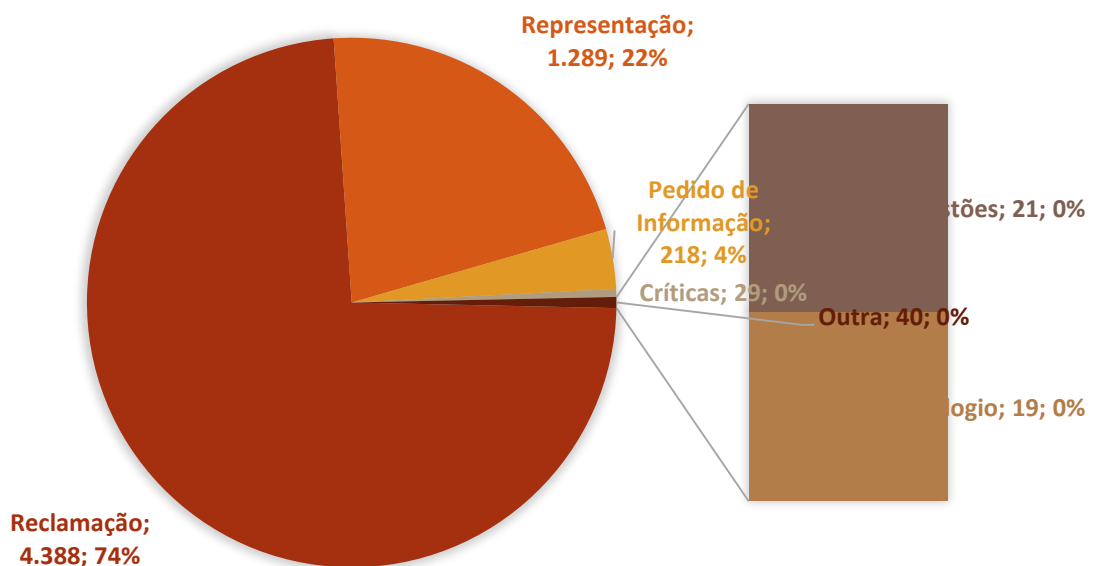
2.4.1. Atuação da Ouvidoria do Ministério Público

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Piauí cumprindo seu papel de ouvir de forma direta o cidadão vem atuando como instrumento de aperfeiçoamento e melhoria dos serviços e atividades desenvolvidas pelo Ministério Público estreitando a relação deste com o cidadão, bem como possibilitando o fortalecimento do exercício da cidadania mantendo o crescente prestígio deste órgão ministerial perante a sociedade.

A Ouvidoria durante o ano de 2024 desenvolveu projetos e iniciativas com foco em consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional, que visa ao fomento de operações conjuntas, forças-tarefas, termos de cooperação técnica, programas, projetos e ações entre as unidades e ramos, bem como com instituições parceiras.

A Ouvidoria do MPPI no ano de 2024, realizou 07 viagens ao interior do estado pelo Projeto Ouvidoria Itinerante totalizando 24 cidades visitadas e 256 atendimentos realizados, bem como recebeu e registrou, por seus canais físicos e digitais, aproximadamente 6 mil manifestações conforme gráfico abaixo:

Gráfico 12 - Manifestações recebidas pela Ouvidoria do MPPI



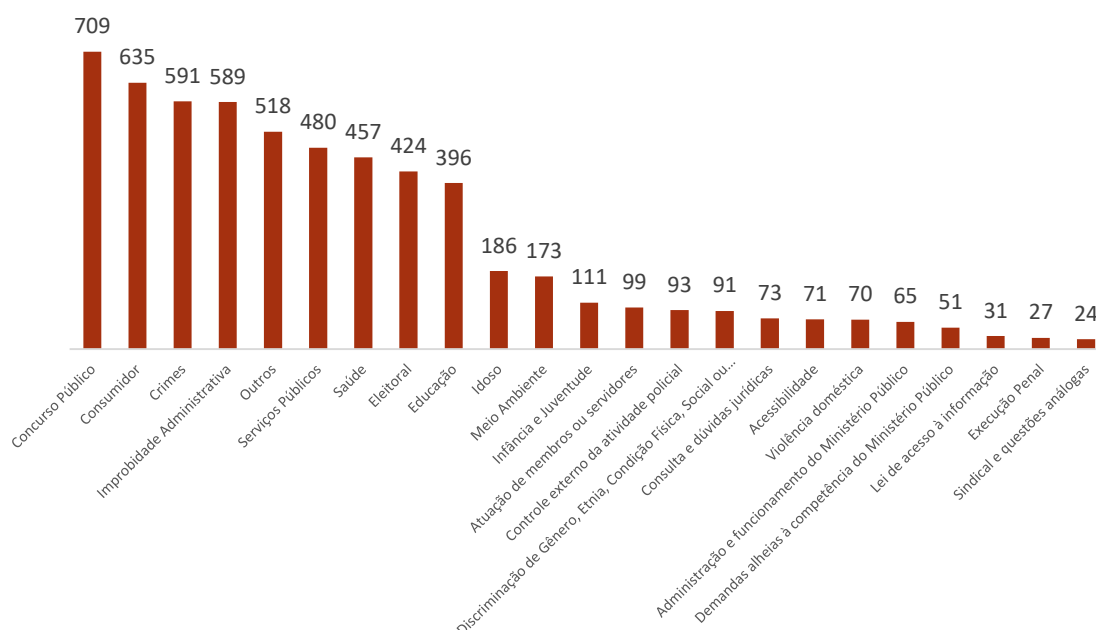
Fonte: OUVIDORIA DO MPPI

O gráfico demonstra que o número mais expressivo de registros se refere a "Reclamações", com 4.388 ocorrências, indicando que a maior parte dos cidadãos busca a ouvidoria para registrar insatisfações ou problemas. Em seguida, temos as "Representações", com 1.289 manifestações, o que pode indicar que as pessoas estão utilizando a ouvidoria para fazer denúncias ou solicitações formais. "Pedidos de Informação" somam 218, refletindo uma busca por esclarecimentos, enquanto "Críticas" (29), "Sugestões" (21) e "Elogio" (19) têm um volume bem menor, sugerindo que os cidadãos estão menos inclinados a fornecer feedback positivo ou construtivo.

Essa distribuição revela que, de maneira geral, as pessoas utilizam a ouvidoria mais para expressar insatisfação (reclamações) ou realizar representações formais, enquanto as manifestações construtivas, como sugestões e elogios, são bem menos frequentes. Isso pode indicar uma tendência a procurar a ouvidoria para resolver problemas ou questionar o funcionamento de serviços públicos, enquanto a apreciação positiva e a busca por melhorias são mais raras.

A seguir temos o gráfico quantitativo por tipo de manifestações à Ouvidoria do MPPI:

Gráfico 13 - Quantitativo por tipo de manifestações à Ouvidoria do MPPI



Fonte: OUVIDORIA DO MPPI

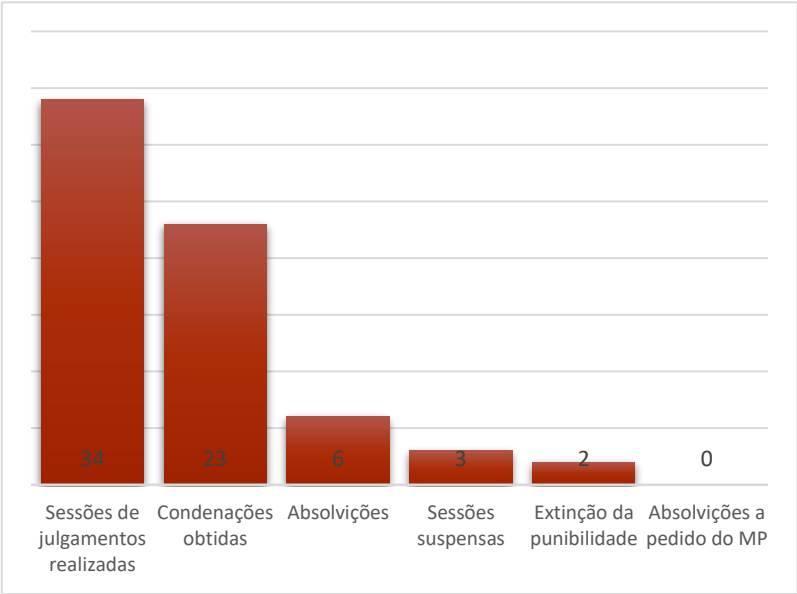
O tipo mais frequente de manifestação foi relacionado a "Concurso Público", com 709 registros, seguido de "Consumidor" (635 manifestações) e "Crimes" (591). Esses três temas concentram a maior parte das solicitações, refletindo a alta demanda nessas áreas. Outros temas relevantes incluem "Improbidade Administrativa" e "Serviços Públicos", com 589 e 480 manifestações, respectivamente. A diversidade de categorias, como "Saúde" (457), "Educação" (396) e "Idoso" (186), também mostra a abrangência de questões sociais e administrativas que chegam à ouvidoria.

As categorias com menor volume de manifestações são mais específicas, como "Execução Penal" (27), "Sindical e questões análogas" (24) e "Lei de Acesso à Informação" (31). Estas evidenciam a especialização e menor incidência de temas mais técnicos ou menos conhecidos pelo público geral. Além disso, questões relacionadas à "Violência doméstica" (70) e "Acessibilidade" (71) demonstram a preocupação com temas sociais de impacto direto na vida dos cidadãos, embora em menor proporção. Os resultados refletem tanto a diversidade das demandas da sociedade quanto a priorização de áreas como concursos públicos e serviços públicos, que são frequentemente temas de interesse de um grande número de pessoas.

2.4.2. Atuação do Ministério Público no Tribunal do Júri

Gráfico 14 - GAEJ em números (2024)

O Grupo de Apoio aos Promotores de Justiça com atuação no Tribunal do Júri (GAEJ atuou de Cristalândia-PI à Cajueiro da Praia-PI, funcionando como órgão de execução, na fase pré-processual, acompanhando inquéritos, denunciando investigados, elaborando recursos quando cabíveis, mas, principalmente, na realização de plenários no Tribunal Popular do Júri.



Com a missão de atuar no Tribunal Popular do Júri, no ano de 2024 o Gaej/MPPI recebeu 67 pedidos de auxílio e atuou em 34 sessões plenárias de julgamento. O relatório leva em consideração a atuação do Gaej/MPPI de fevereiro a dezembro de 2024.

Fonte: GAEJ

No total, foram obtidas 23 condenações, com penas aplicadas somando 246 (duzentos e quarenta e seis) anos 06 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão.

2.4.3. Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público

A atuação do Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e à Ordem Pública (CACOP) no ano de 2024, instaurou 1.151 procedimentos, mostrando a quantidade de ações e investigações em andamento, voltadas para apurar práticas relacionadas à corrupção e à ordem pública.

No que diz respeito às recomendações expedidas, o órgão emitiu 115, um número significativo de orientações direcionadas a melhorar práticas ou corrigir falhas nas instituições ou processos fiscalizados.

O número de Ações Civis Públicas ajuizadas foi 25, refletindo o compromisso em levar a cabo ações formais contra atos ilícitos, visando a responsabilização de entes públicos ou privados. Além disso, foram celebrados 18 Acordos de Não Persecução Cível, que são alternativas à via judicial tradicional, permitindo resolver casos de maneira mais rápida e eficiente. Por fim, o número de Termos

de Ajustamento de Conduta celebrados foi 5, o que representa acordos feitos para que as partes envolvidas em infrações tomem medidas corretivas, evitando processos mais demorados.

Gráfico 15 - Indicadores de resultados do CACOP

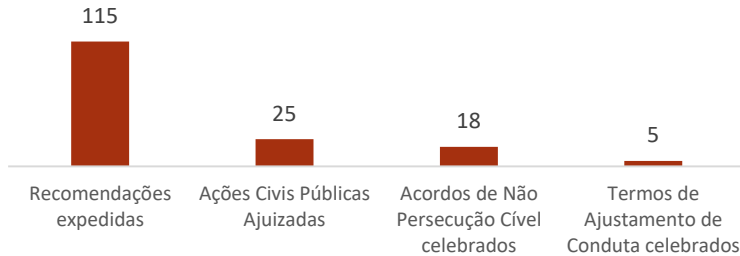


Gráfico 16 – CACOP: Apoio aos órgãos de execução e Gráfico 17 - CACOP: remessa aos órgãos de execução

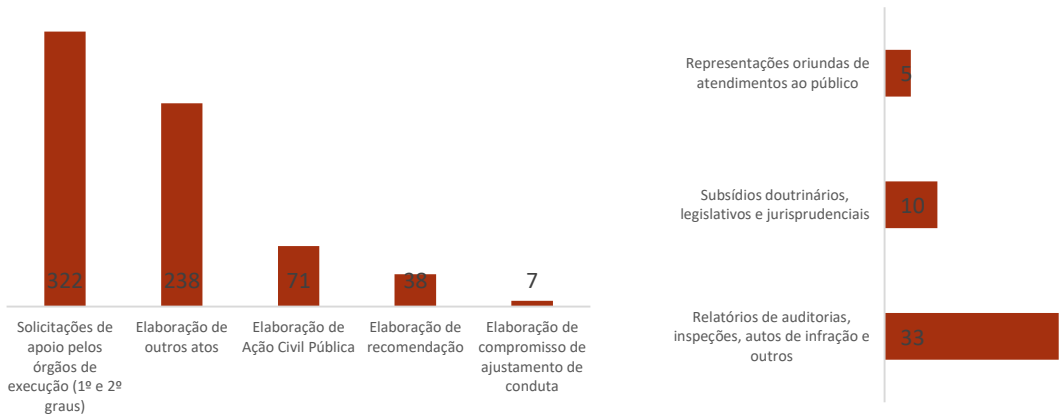
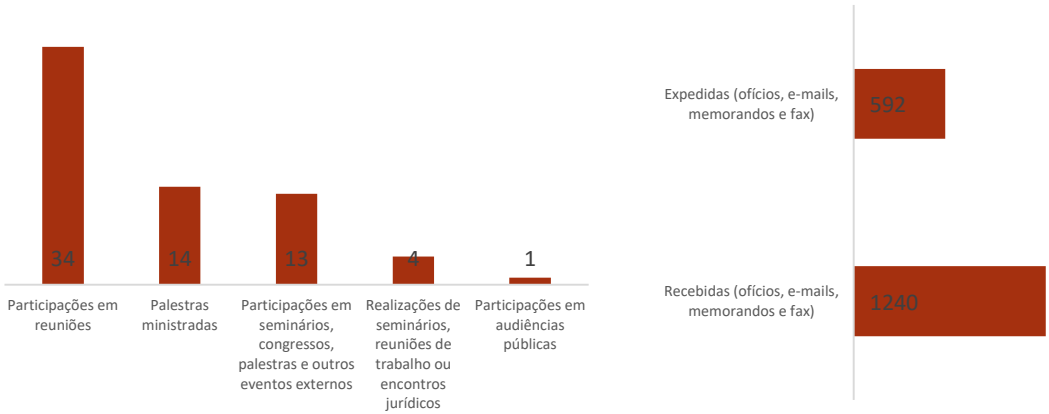


Gráfico 18 - CACOP: relacionados a eventos e Gráfico 19 - CACOP: relacionados a correspondências



Fonte: CACOP

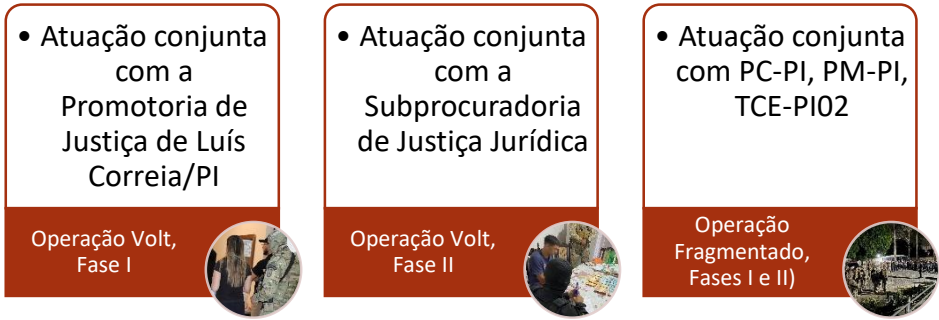
Esses indicadores revelam o impacto do CACOP no fortalecimento da governança pública,

na fiscalização da aplicação da lei e na promoção de soluções alternativas e mais ágeis para resolver conflitos.

2.4.4. Combate a Organização Criminosas

No que tange ao combate ao crime organizado, no ano de 2024, o GAECO deflagrou 04 (quatro) operações relacionadas a atuações conjuntas.

Figura 24 - Operações realizadas pelo GAECO



Fonte: GAECO

Além disso, em 2024, prestou mais de uma centena de auxílios a Órgãos Ministeriais do MPPI e de outros Estados, bem como à Polícia Civil do Piauí, entre os quais.

Figura 25 – Tipos de auxílios prestados a órgãos internos e externos

Auxílios a Órgãos internos e externos ao MPPI	Elaboração de relatórios técnicos e de inteligência; extração de dados de celulares e consequente confecção das respectivas Notas Técnicas;
	Análise telefônica e telemática;
	Análise de dados recepcionados a partir do afastamento dos sigilos bancários e fiscal, resultando na confecção de Relatórios de Análise Técnicas.
	Dentre os auxílios prestados a outros Órgãos (internos e externos- MPMA, MPCE, MPMG), no corrente exercício, ocorreram a deflagração de outras 06 (seis) operações

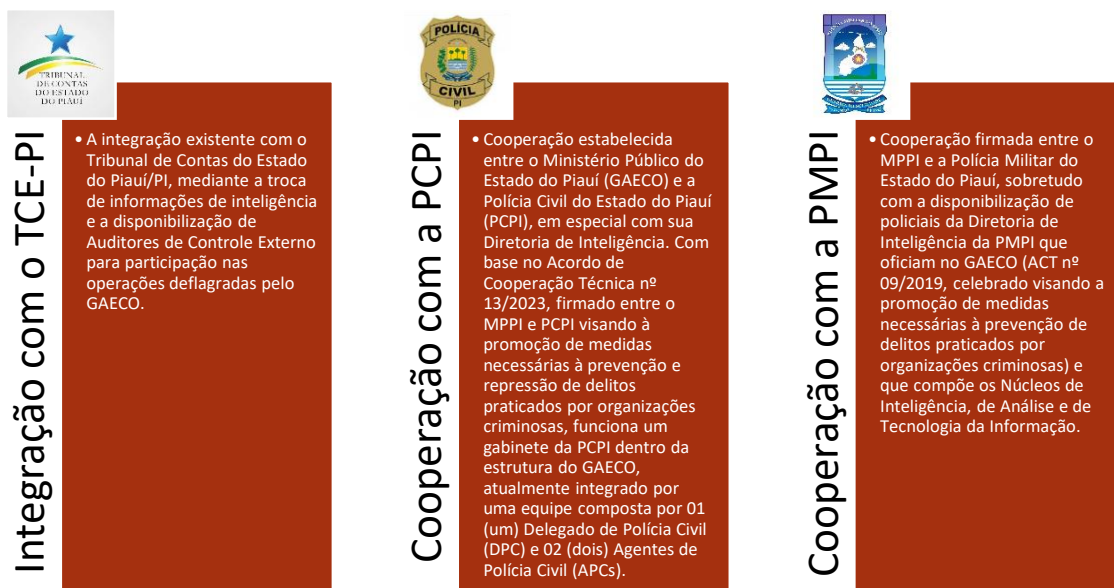
Fonte: GAECO

Cabe consignar que todas as operações deflagradas pelo GAECO visaram a apuração do crime de lavagem de dinheiro com a identificação e responsabilização dos Líderes das organizações criminosas, o confisco dos seus bens e dos valores frutos da LD. Isso inclui imóveis, veículos, contas bancárias e outros ativos que possam ser fruto de crimes, como tráfico de drogas, lavagem de dinheiro ou corrupção.

No ano de 2024, as investigações com operações deflagradas resultaram no oferecimento de 07 (sete) iniciais acusatórias que alcançam um total de 71 (setenta e um) denunciados. Destaca-se

que, para o êxito das investigações, foram e são de suma importância o trabalho integrado com órgãos como a Polícia Civil do Estado do Piauí, e Polícia Militar do Estado do Piauí e o Tribunal de Contas do Estado do Piauí².

Figura 26 - Importância dos Órgãos Externos ao MPPI para o sucesso das investigações e operações



Fonte: GAECO

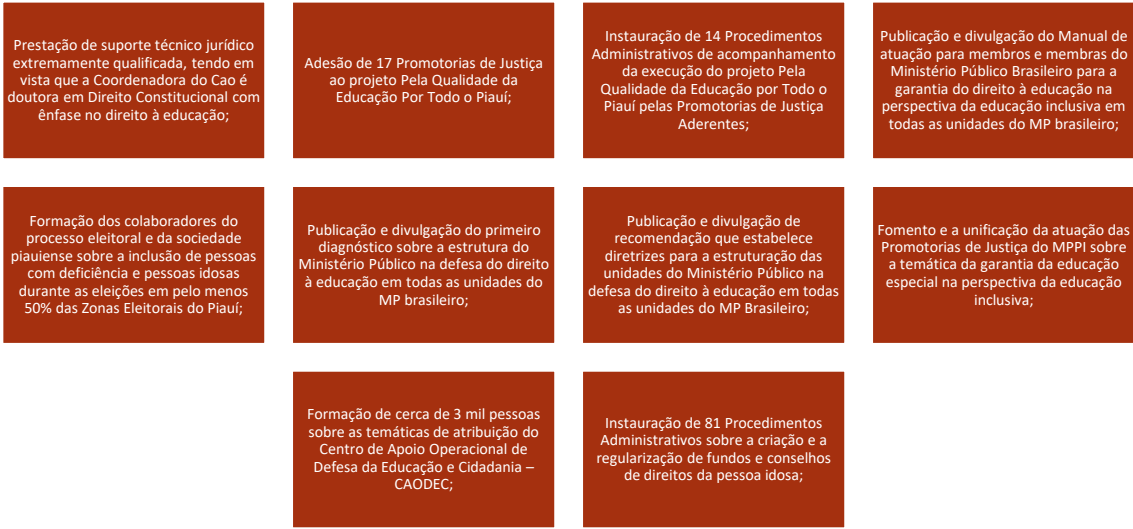
Cita-se como um caso de resultado exitoso a cooperação que culminou com a Operação Fragmentado (buscou desarticular grupo responsável pela prática de diversos crimes, entre eles tráfico de drogas e lavagem de capitais) e cujo desdobramento culminou com a deflagração, pela PCPI, da Operação DENARC 64, e a prisão de dezenas de líderes e integrantes da ORCRIM (faccionados), os quais tiveram bloqueados recursos financeiros no valor superior a R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

² <https://www.tcepi.tc.br/tce-pi-participa-da-segunda-fase-da-operacao-volt/>

2.4.5. Defesa da Educação e Cidadania

Em defesa da educação e cidadania o MPPI por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania além de lançar o projeto Pela Qualidade da Educação por Todo o Piauí, que está sendo executado no âmbito do PGA 2024/2025, realizou ações, bem como promoveu e participou de eventos nacionais e estaduais alcançando resultados como:

Figura 27 - Resultados alcançados em defesa da educação e cidadania



Fonte: CAODEC

Gráfico 20 - CAODEC: apoio aos órgãos de execução e Gráfico 21 - CAODEC: remessa aos órgãos de execução

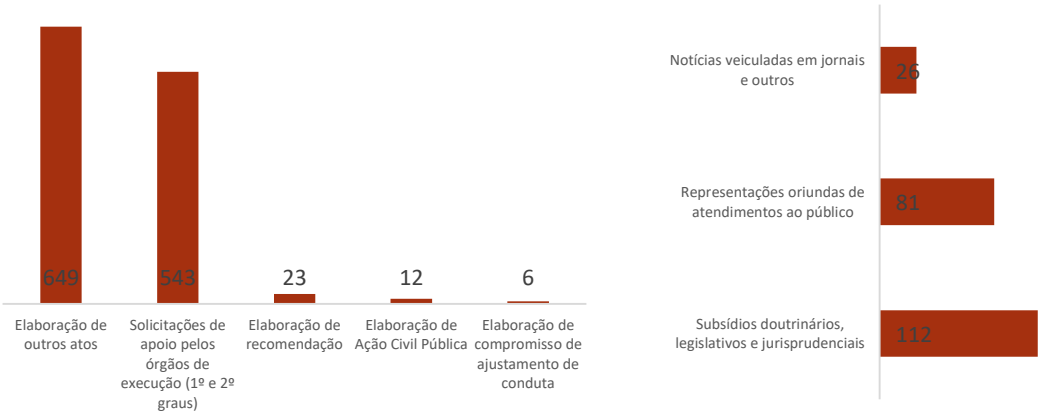
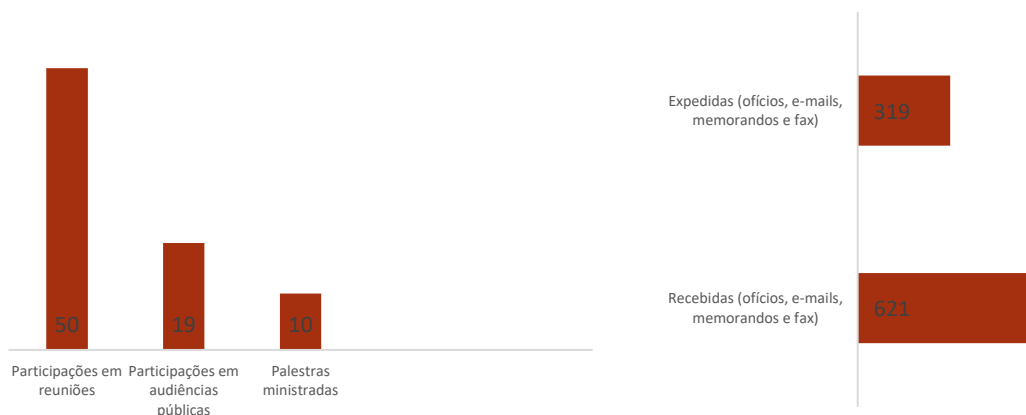


Gráfico 22 - CAODEC: relacionados a eventos e Gráfico 23 - CAODEC: relacionados a correspondências



Fonte: CAODEC

Destaque-se a conclusão do doutorado em Direito Constitucional com ênfase no direito à educação pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP - da Coordenadora do CAODEC, evidenciando o comprometimento da coordenadora com a profundidade do estudo sobre os direitos constitucionais, especificamente o direito à educação.

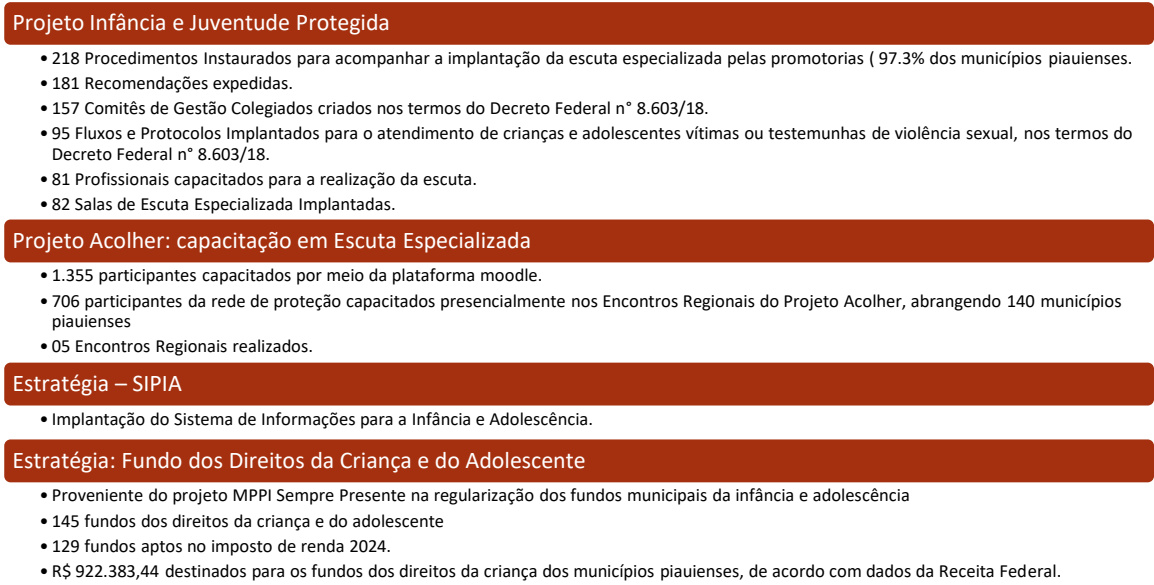
Este avanço acadêmico não só fortalece sua formação, mas também agrega credibilidade ao seu trabalho, especialmente no que diz respeito à defesa e promoção dos direitos educacionais.

Além disso, a especialização nesse campo permite que a coordenadora tenha uma visão mais aprofundada e técnica, impactando diretamente na formulação e implementação de políticas públicas educacionais. A expertise adquirida por meio do doutorado possibilita uma atuação mais eficaz nas questões relacionadas à sua área de atuação, o que é essencial em um momento em que o direito à educação é um dos pilares para o desenvolvimento social e econômico.

2.4.6. Defesa da Infância e Juventude

Em defesa da infância e juventude o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ) promoveu projetos e iniciativas como:

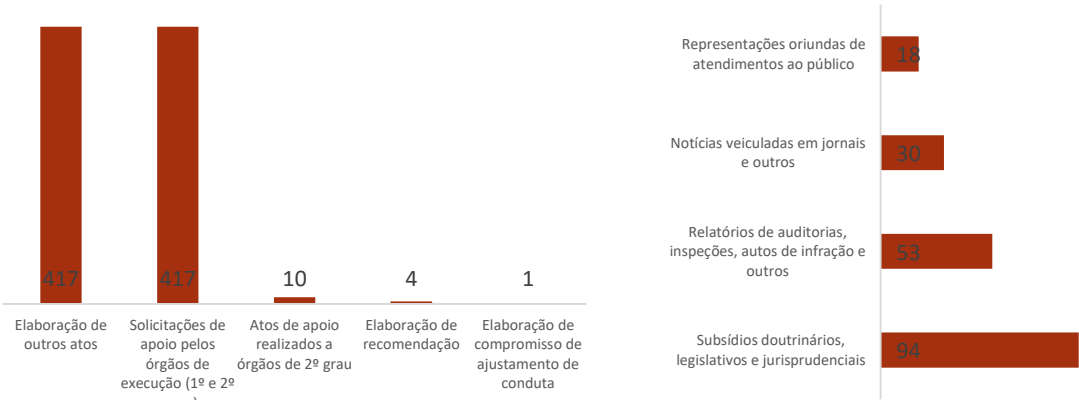
Figura 28 - Projetos e iniciativas realizadas em defesa da infância e juventude



Fonte: CAODIJ

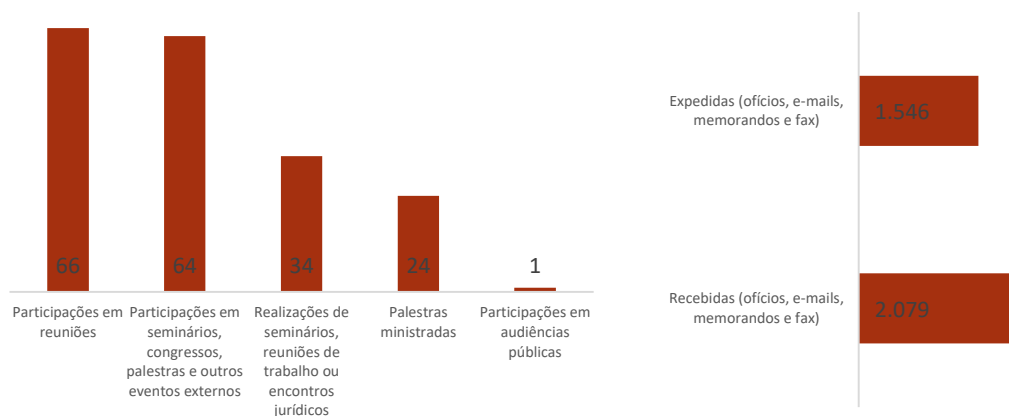
- ✓ Saiba mais sobre a escuta especializada clicando [aqui](#).
- ✓ Saiba mais sobre fundos dos direitos da criança e do adolescente clicando [aqui](#). Para consultar os dados da Receita Federal clique [aqui](#).

Gráfico 24 - CAODIJ: apoio aos órgãos de execução e Gráfico 25 - CAODIJ: remessa aos órgãos de execução



Fonte: CAODIJ

Gráfico 26 - CAODIJ: relacionados a eventos e Gráfico 27 - CAODIJ: relacionados a correspondências

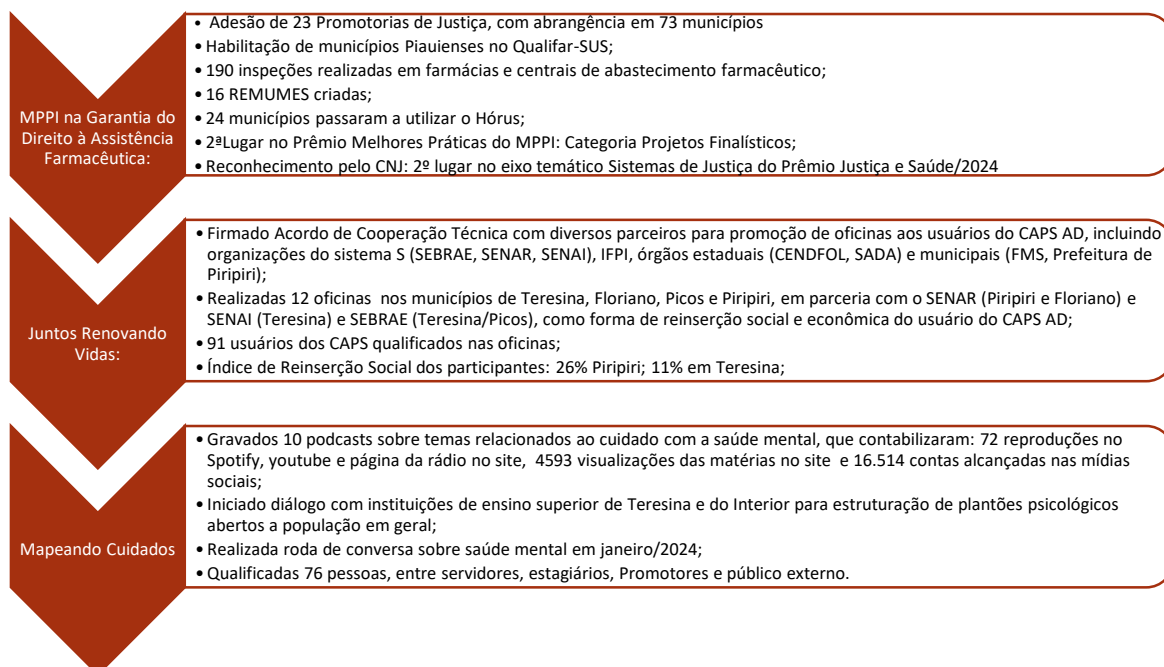


Fonte: CAODIJ

2.4.7. Defesa da Saúde

Em defesa do direito à saúde o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAODS) fortaleceu o desenvolvimento de 03 Projetos Institucionais no ano de 2024, voltados para o fomento de políticas públicas de saúde, a saber: MPPI na Garantia do Direito à assistência Farmacêutica, Juntos Renovando Vida e Mapeando Cuidado. Esses projetos possibilitaram os seguintes resultados:

Figura 29 - Resultados alcançados em defesa da saúde



Fonte: CAODS

Além dos projetos supracitados o CAODS acompanhou políticas públicas, gestão e entidades:

Figura 30 - Processos de acompanhamento de políticas públicas, gestão e entidades



Fonte: CAODS

Gráfico 28 – CAODS: Apoio aos órgãos de execução e Gráfico 29 - CAODS: remessa aos órgãos de execução

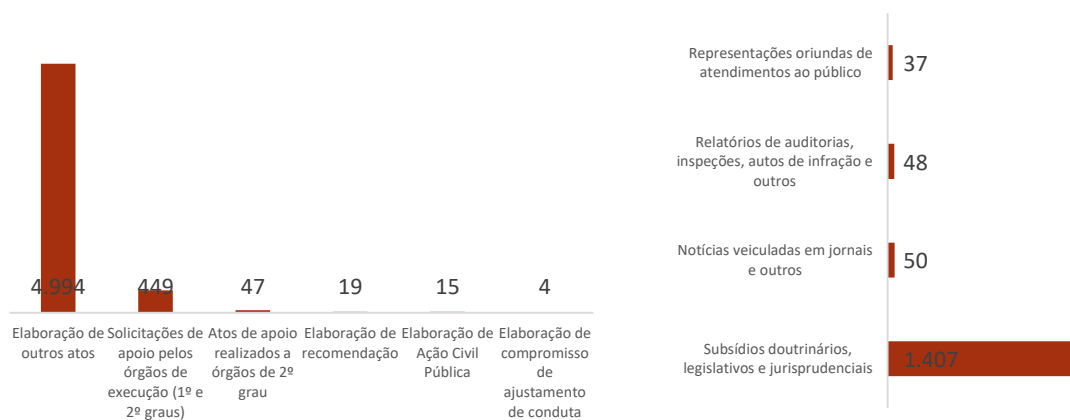
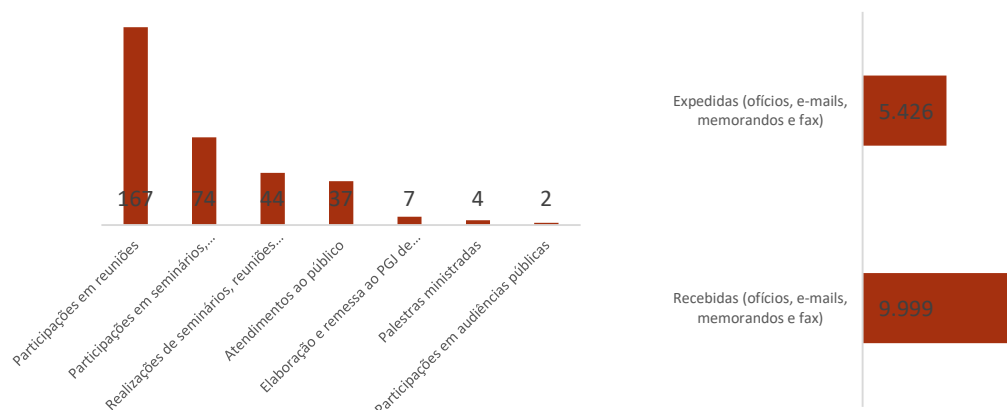


Gráfico 30 - CAODS: relacionados a eventos e outros e Gráfico 31 - CAODS: relacionados a correspondências

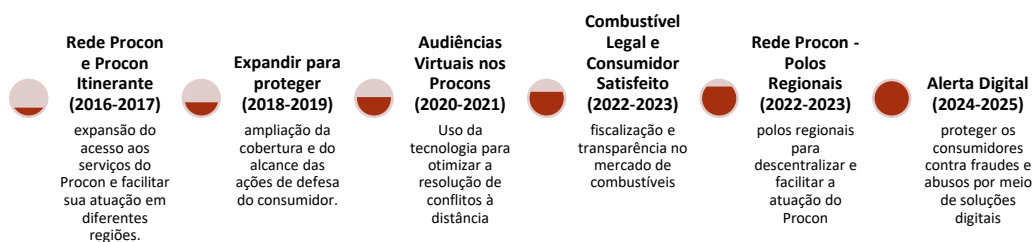


Fonte: CAODS

2.4.8. Defesa do Consumidor

O Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon/MPPI) tem desenvolvido uma série de projetos, práticas e ações ao longo dos anos para promover a proteção e os direitos dos consumidores. Na figura abaixo temos a linha do tempo com os principais projetos:

Figura 31 - Série de projetos, práticas e ações desenvolvidas pelo PROCON-MPPI



Fonte: PROCON-MPPI

Além desses projetos, foram desenvolvidos programas institucionais como o Programa Permanente de Política Pública do Ministério Público do Estado do Piauí (2019), o MP em Ação Procon Itinerante (2019), e a criação de canais virtuais de resolução de conflitos, como o Mídia Indoor (2022) e o Não Me Ligue (2022), que têm como objetivo combater práticas abusivas.

Entre as práticas e ações adotadas pela unidade, destaca-se o modelo de gestão de resultados OKR PROCON, que visa a melhoria contínua na atuação do Procon. A unidade também tem sido reconhecida por seus projetos premiados, como o MP em Ação: Procon Itinerante (2018), Audiência Virtual nos Procons (2020) e a fiscalização da qualidade do combustível com o Combustível

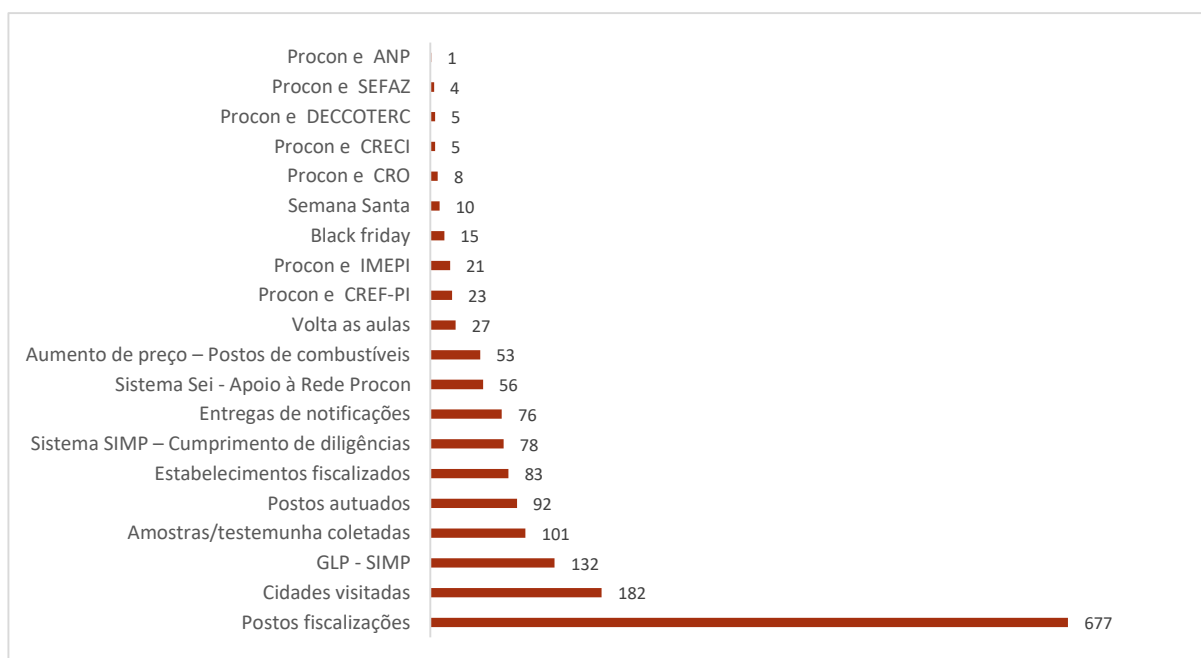
Legal (2023).

No ano de 2024, reduzimos o acervo extrajudicial em 70% impactando positivamente na gestão administrativa da unidade. Esse resultado é reflexo da agilidade na resolução de pendências e melhoria da eficiência dos serviços prestados aos consumidores.

O Centro de Memória do Procon/MPPI, em desenvolvimento para 2025, visa preservar a história e os registros das ações de defesa do consumidor no estado.

A seguir tem-se os indicadores de resultados pertinentes às atividades desenvolvidas pelo Procon/MPPI durante o ano de 2024:

Gráfico 32 - Fiscalizações realizadas pelo Procon



Fonte: PROCON-MPPI

O gráfico acima apresenta dados sobre as atividades de fiscalização realizadas pela unidade. O número de Postos de Fiscalização é o maior, com 677 registros, seguido pelas Cidades Visitadas (182), indicando um grande alcance das operações de fiscalização. O GLP - SIMP teve 132 fiscalizações, enquanto Amostras/Testemunha Coletadas somaram 101, refletindo atividades relacionadas à coleta de dados e amostras durante as inspeções. O número de Postos Autuados foi de 92, o que indica que a fiscalização resultou em penalidades para estabelecimentos.

Outras ações incluem a fiscalização de Estabelecimentos (83) e o Cumprimento de Diligências do Sistema SIMP (78), com o apoio do Sistema Sei à Rede Procon (56). A fiscalização também envolveu situações específicas, como o Aumento de Preço em Postos de Combustíveis (53), Volta às Aulas (27), e eventos como Black Friday (15) e Semana Santa (10). Além disso, houve cooperação com

diversos órgãos como Procon e CREF-PI (23), Procon e IMEPI (21), e outras entidades em menor escala, evidenciando a colaboração interinstitucional.

Foram aplicadas multas no valor de R\$ 29.881.421,90, sendo recolhidos ao FPDC o valor de R\$ 4.000.085,41. O gráfico abaixo detalha os indicadores da Rede Procon:

Gráfico 33 - Atividades da Rede Procon

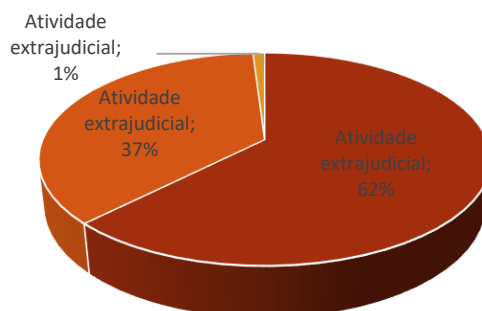


Fonte: PROCON-MPPI

O gráfico apresenta as atividades realizadas pela Rede Procon. O maior volume de atividades foi registrado em Notificações Expedidas (1.605), seguido de Arquivados (1.482) e Procedimentos Administrativos Instaurados (1.321), o que indica um alto volume de processos iniciados e resolvidos. Há também um número significativo de Protocolos SEI com tramitação no período (844) e Protocolos SEI com andamento fechado no período (629), que refletem o fluxo de processos administrativos ao longo do tempo. Outras atividades incluem PA – Processo Administrativo (627), RCL - Reclamação (520), e Ofícios Expedidos (387), destacando ações relacionadas à gestão de reclamações e demandas formais.

Além disso, o gráfico mostra a realização de Audiências Extrajudiciais (351) e o de Encaminhados à Junta Recursal (263). Atividades como Investigação Preliminar (174) e Protocolos de Atendimento registrados no SIMP-MPPI (161) também são mencionadas. Com menos frequência, aparecem os registros de Acordos Obtidos (59), Termos de Declaração (55), e Termos de Transação Administrativa (44), com um número menor de Recomendações Expedidas (15) e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's Firmados) (4), indicando que essas são atividades mais específicas e de menor volume.

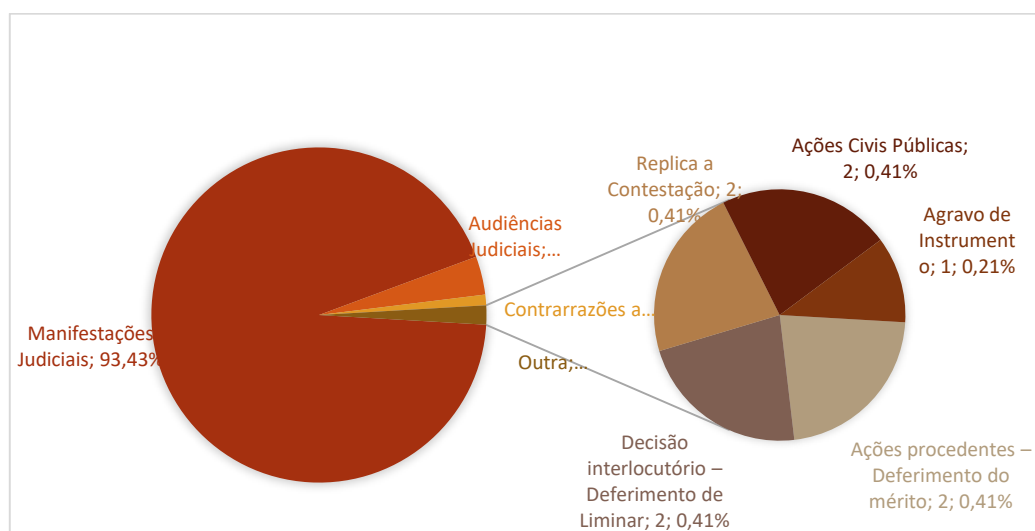
Gráfico 34 – Atividades no âmbito Extrajudicial



Fonte: PROCON-MPPI

O gráfico acima apresenta a distribuição de atividades extrajudiciais relacionadas à defesa do consumidor. O serviço Consumidor.gov.br foi o mais utilizado, com 21.100 registros, indicando uma grande demanda por resoluções de conflitos de consumo por meio dessa plataforma digital. O Proconsumidor também teve um número expressivo de atividades, com 12.353 registros, sugerindo um forte uso dos serviços tradicionais de defesa ao consumidor. Já o Procon Itinerante MPPI registrou 338 atividades, refletindo a atuação mais localizada e temporária dessa iniciativa, que visa levar os serviços do Procon a diferentes regiões. Isso demonstra uma ênfase maior nas plataformas digitais e em serviços mais centralizados, como o Proconsumidor, em comparação com as ações itinerantes.

Gráfico 35 - Atividades no âmbito Judicial



Fonte: PROCON-MPPI

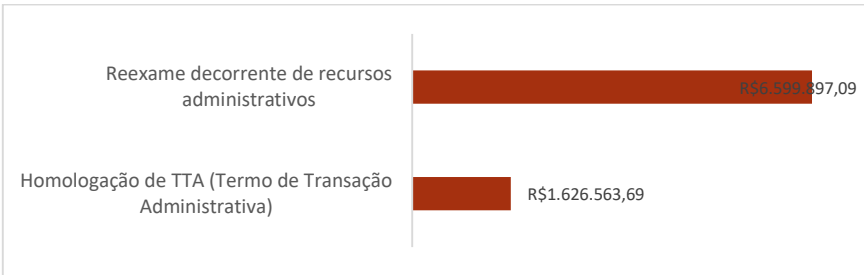
O gráfico acima apresenta um resumo das atividades judiciais realizadas, destacando o número de ocorrências em cada categoria. As Manifestações Judiciais são, de longe, a atividade mais

frequente, com 455 registros, indicando uma alta demanda por intervenções ou respostas formais dentro do processo judicial. Em seguida, há um número consideravelmente menor de Audiências Judiciais, com 18 registros, sugerindo uma menor frequência de encontros presenciais ou virtuais no contexto judicial. Outras atividades, como Contrarrazões a Embargo de Declarações (5), Ações procedentes (2), e Decisão interlocutória – Deferimento de Liminar (2), mostram atividades jurídicas mais específicas e pontuais.

Além disso, o gráfico inclui atividades como Réplicas a Contestação (2), Ações Cíveis Públicas (2) e Agravo de Instrumento (1), que são categorias menos frequentes e refletem ações específicas dentro de um processo judicial. No geral, a tabela demonstra que, embora haja uma grande quantidade de manifestações, as atividades mais complexas e que envolvem decisões ou contestações diretas são realizadas em número bem menor.

A atuação da Junta Recursal do Procon (JURCON) em 2024 culminou no julgamento de 525 processos, resultando na Homologação de TTA (Termo de Transação Administrativa) no valor de R\$ 1.626.563,69. Já o reexame decorrente de recursos administrativos alcançou o montante de R\$ 6.599.897,09.

Gráfico 36 - Atuação da JURCON



Fonte: PROCON-MPPI

2.4.9. Defesa do Meio Ambiente

Ministério Público por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA) desenvolveu projetos em prol do meio ambiente, tais como:

Figura 32 - Projetos, práticas e ações em defesa do Meio Ambiente

Projeto Zero Lixões: por um Piauí mais limpo
34 lixões encerrados no Estado do Piauí, devido aos esforços do Projeto: Agricolândia/ Água Branca/ Altos/ Amarante/ Buriti dos Lopes/ Campo Maior/ Caxingó/ Demerval Lobão/ Hugo Napoleão/ Ilha Grande/ Jardim do Mulato/ Lagoinha do Piauí/ Miguel Leão/ Nazária/ Olho D'Água do Piauí/ Pau D'Arco/ Santa Cruz dos Milagres/ São Félix/ São Miguel da Baixa Grande/ São Pedro do Piauí/ Beneditinos/ Novo Santo Antônio/ Caraúbas/ Palmeirais/ Santo Antônio dos Milagres/ Joaquim Pires/ Floriano/ Francisco Ayres/ Regeneração/ Santo Antônio dos Milagres/ Coivaras/ Joaquim Pires/ Prata do Piauí/ União
Projeto Alerta MATOPIBA, da ABRAMPA
105 relatórios de alertas de desmatamentos e 105 minutas para a instauração de Inquéritos Cíveis, referentes a mais de 20.000 hectares de áreas desmatadas no Estado do Piauí, na região do MATOPIBA. enviados às 9 Promotorias de Justiça que compõem o MATOPIBA no Piauí.
Fórum Estadual sobre Agrotóxicos
- instalação do "Fórum Estadual de Combate ao mau uso de agrotóxicos no Piauí", sob a direção da Coordenadora do CAOMA. 6 reuniões realizadas com os membros do Fórum, de diversos órgãos representantes de categorias afetadas à temática dos agrotóxicos no Estado, com a definição de planos de ações a serem cumpridos por cada uma das instituições
Prevenção e combate a queimadas e incêndios florestais
03 reuniões com o Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais e Controle de Queimadas - Comunicação ao CNMP e CNJ a cerca das ações civis públicas e procedimentos em andamento no MPPI - Campanha de conscientização social com apoio da SEMARH, SEMAM e CBMP-PI
Operação Nacional Mata Atlântica em Pé 2024
13 polígonos de desmatamento vistoriados pelo CAOMA, acompanhado do Batalhão de Policiamento Ambiental (BPA) nos municípios de Teresina, União, José de Freitas, Barras e Miguel Alves, onde há resquícios de Mata Atlântica no Piauí - Elaboração de Pareceres e envio de minutas de peças para subsidiar a atuação dos promotores de justiça nos municípios supracitados - Os polígonos ao Sul do Estado foram repassados a IBAMA e SEMARH, para realização das fiscalizações, aplicação de multas e adoção das demais providências necessárias, referentes aos municípios de Alvorada do Gurguéia, Parnaguá, Sebastião Barros, Corrente, Manoel Emídio, Bom Jesus, Redenção do Gurguéia, Morro Cabeça no Tempo, Curimatá, Canavieira, Canto do Buriti, Riacho Frio, Palmeira do Piauí e Bertolínia
Mudanças climáticas
- CAOMA representou o MPPI com estande no CITER (Conferência Internacional de Tecnologias Renováveis), bem como proferiu palestra na 5ª Conferência Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Mudanças Climáticas e Transição Energética Justas - Adesão ao Pacto Nacional para Cidades Sustentáveis e Resilientes a Desastres, em novembro de 2024, com o objetivo de fortalecer a cooperação interinstitucional para prevenir e gerir desastres socioambientais - Participação nos eventos do CNMP sobre o tema das mudanças climáticas, além de reuniões com a Secretaria de Defesa Civil do Estado, para verificar quais os locais de maiores riscos de desastres climáticos no Piauí, e adoção de providências preventivas

Fonte: CAOMA

Gráfico 37 - Outros indicadores de resultados - CAOMA



Fonte: CAOMA

2.4.10. Promoção da Segurança Pública e a Execução do Controle Externo da Atividade Policial

O Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP) visando, em auxílio ao membro do MPPI, a fortalecer o controle externo da atividade policial, função institucional do Ministério Público indispensável para a promoção da segurança pública e efetivação dos direitos fundamentais e sociais, com atuação sempre pautada no respeito ao interesse público no ano de 2024 executou projetos, práticas e ações para a promoção da segurança pública e a execução do controle externo da atividade policial.

Gráfico 38 - Resultados Projeto Periciar+

- i) Projeto Periciar+:
- 6.920 armas e munições retiradas de circulação, reduzindo diretamente a violência no Piauí;
 - 8.152 exames periciais de balística realizados pela Polícia Científica, assegurando maior precisão em investigações criminais;
 - Impacto em mais de 8.000 processos criminais, promovendo celeridade e fortalecendo o sistema de justiça e segurança pública.

Periciar+



Gráfico 39 – Resultados Projeto Incinerar+

- ii) Projeto Incinerar+:
- Mais de 5 toneladas de drogas incineradas, representando um avanço no controle de materiais apreendidos;
 - 7.000 processos criminais impactados, acelerando a persecução penal;
 - Redução de unidades com armazenamento prolongado de drogas, de 36,36% (2019) para 7,14% (2021);
 - Incremento de 6,5% no número de unidades da PCPI com periodicidade definida para incineração, garantindo regularidade.

Incinerar+

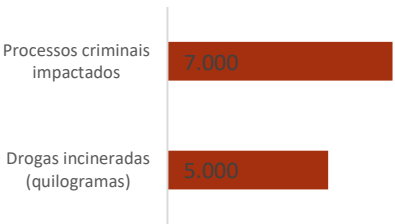


Gráfico 40 - Resultados Projeto Acervo Zero

iii) Projeto Acervo Zero:

- Conclusão de 5.581 procedimentos policiais, representando 76% dos acumulados entre 2006 e 2022;

- Finalização de todos os procedimentos instaurados entre 2006 e 2012 e de 94% dos instaurados até 2018;

- Resultados demonstram eficiência no enfrentamento do passivo e maior celeridade à persecução penal.

iv) Boa Prática Controle e Rastreabilidade de Material Bélico das Forças de Segurança:

- Implantação do módulo “Material Bélico” no sistema da PMPI, aprimorando a gestão e controle de armas e munições;

- Registro da distribuição de materiais por unidade e conferência diária, com rastreamento do histórico de uso;

- Prevenção de desvios e planejamento estratégico por meio de dados estatísticos detalhados.

v) Projeto Respeito: Polícia e Diversidade

- Aumento de quase 500% nos registros de ocorrências com motivação homofóbica em 2023, comparado a 2022;

- Publicação do 1º e 2º Boletim de Dados de Violência contra LGBTQIAPN+ no Piauí;
- Implementação de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) de abordagem humanizada e cursos de formação para as forças de segurança.

vi) Projeto Cidade Segura:

O Projeto Cidade Segura encontra-se em sua fase inicial de execução, com planejamento estratégico, articulação interinstitucional e criação de Conselhos e Fundos Municipais de Segurança Pública.

Mobilização de partes interessadas e diagnósticos situacionais para fundamentar resultados futuros.

Além dos projetos supracitados o GACEP alcançou resultados que impactam positivamente a sociedade piauiense, tais como:

Acervo Zero

Procedimentos policiais
concluídos

5.581

Figura 33 - Atuação GACEP

PMPI:	Reforma do 6º BPM e 2ª CIA/6º BPM, além de interdição de unidades inadequadas, como o prédio do 6º BPM; Implementação do Sistema Integrado de Controle Administrativo (SICAD-PMPI) e criação do 1º Plano Estratégico PMPI (2021-2026); Incremento de efetivo em unidades como o 25º BPM (Madeiro) e 12º BPM (Luzilândia), além de entrega de viaturas; Atuação exclusiva da CDH em reintegrações de posse coletiva, conforme Decreto Estadual nº 14.110/2010.
CBMEPI:	Concurso público com 200 vagas e cadastro de reserva para mais 200; Reformas de unidades em Parnaíba e Teresina; Aquisição de EPIs e equipamentos no valor de R\$ 600 mil, incluindo barcos e motores de popa; Vistorias em 12 hospitais estaduais, apontando irregularidades nos sistemas preventivos contra incêndio e pânico.
PCPI:	Conclusão de 30 procedimentos antigos na comarca de Capitão de Campos e reforma do Complexo de Campo Maior; Implantação do sistema de Procedimento Policial Eletrônico (PPE) em várias unidades; Regularização no fluxo de vagas prisionais, com atendimento em até dois dias úteis via SEI; Reforma de delegacias e lotação de delegados e agentes em unidades estratégicas.
DEPOC:	Publicação do protocolo procedimental interno de atuação dos médicos e peritos do IML para realização dos exames periciais em vítimas de tortura, com base no Protocolo Piauiense de Combate à Tortura.
CGM Teresina:	Renovação de 100% da frota, com 22 novos veículos adaptados para transporte de detidos, garantindo conformidade com o CTB.

Fonte: GACEP

2.4.11. Promotorias Criminais

Em apoio às promotorias de justiça criminais o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (CAOCRIM) realizou os projetos, as práticas e as ações seguintes:

Figura 34 - Projetos, práticas e ações realizadas pelo CAOCRIM

Projetos	Execução das Penas de Multa: Cadastro de membros e servidores na plataforma CENPROT a fim de que sejam realizadas as execuções de penas de multa;
	ANPP Eficiente: permitirá, a partir das inovações acrescentadas no SIMP, o acompanhamento das execuções dos acordos de não persecução penal;
Práticas	Ofícios Circulares
	Manual de Orientação Funcional para transferência de presos
Ações	Nota Técnica 01.2024: Orientação para realização de ANPP
	Nota Técnica 02.2024: Alterações promovidas pela Resolução CNMP 289.2024
	Nota Técnica 03.2024: Prorrogação de prazo do PIC (ADIs 2.943, 3.309 e 3.318,STF)
	Nota Técnica 04.2024: Descriminalização da maconha (RE 635.659, STF)
	Prevenção da fragmentação da atuação ministerial

Fonte: CAOCRIM

Os gráficos seguintes apresentam resultados alcançados pelo CAOCRIM no ano de 2024:

Gráfico 41 – CAOCRIM: indicadores de esforço e apoio aos órgãos de execução



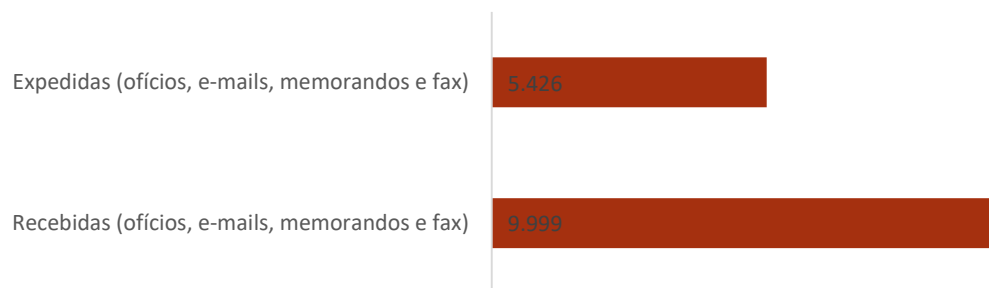
Fonte: CAOCRIM

Gráfico 42 - CAOCRIM: relacionados a eventos e outros



Fonte: CAODS

Gráfico 43 - CAOCRIM: relacionados a correspondências



Fonte: CAOCRIM

3. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

No âmbito do MPPI cabe à Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCF), unidade administrativa do órgão ligada ao gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a coordenação das atividades financeiras e contábeis, a produção de informações para tomada de decisões, e a execução financeira conforme normas estabelecidas. Além disso, é responsável pela elaboração de relatórios fiscais, orçamentários e estatísticos.

A seguir temos o resumo da situação financeira do ano de 2024 e evolução comparativa com o exercício anterior (2023) com informações prestadas pela CCF.

3.1. Procuradoria-Geral de Justiça

3.1.1. Despesa Fixada

A despesa da PGJ foi fixada em R\$ 276.873.108,00 (duzentos e setenta e seis milhões, oitocentos e setenta e três mil, cento e oito reais). A tabela a seguir apresenta a despesa fixada por categoria econômica.

Tabela 2 - Demonstrativo do Orçamento Aprovado (PGJ)

Categoria Econômica	2024	%	2023	%
Despesas Correntes	R\$ 255.219.199,00	92,18%	R\$ 257.779.234,00	97,29%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 206.761.816,00	74,68%	R\$ 210.336.981,00	79,39%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 94.000,00	0,03%	R\$ 45.000,00	0,02%
Outras Despesas Correntes	R\$ 48.363.383,00	17,47%	R\$ 47.397.253,00	17,89%
Despesas de Capital	R\$ 21.653.909,00	7,82%	R\$ 7.171.602,00	2,71%
Investimentos	R\$ 21.423.909,00	7,74%	R\$ 6.941.602,00	2,62%
Amortização da Dívida	R\$ 230.000,00	0,08%	R\$ 230.000,00	0,09%
Totais	R\$ 276.873.108,00	100,00%	R\$ 264.950.836,00	100,00%

Fonte: CCF

3.1.2. Créditos Adicionais

A tabela seguinte apresenta de forma detalhada o valor adicional de R\$ 43.225.895,00 (quarenta e três milhões, duzentos e vinte cinco mil, oitocentos e novena e cinco reais).

Tabela 3 - Demonstrativo dos Créditos Adicionais - 2024 (PGJ)

Categoria Econômica	Dotações Iniciais	Movimentações Orçamentárias	Dotações Atualizadas
Despesas Correntes	R\$ 255.219.199,00	R\$ 64.182.231,00	R\$ 319.401.430,00
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 206.761.816,00	R\$ 37.254.341,00	R\$ 244.016.157,00
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 94.000,00	-R\$ 2.341,00	R\$ 91.659,00
Outras Despesas Correntes	R\$ 48.363.383,00	R\$ 26.930.231,00	R\$ 75.293.614,00
Despesas de Capital	R\$ 21.653.909,00	-R\$ 20.956.336,00	R\$ 697.573,00
Investimentos	R\$ 21.423.909,00	-R\$ 20.951.170,00	R\$ 472.739,00
Amortização da Dívida	R\$ 230.000,00	-R\$ 5.166,00	R\$ 224.834,00
Totais	R\$ 276.873.108,00	R\$ 43.225.895,00	R\$ 320.099.003,00

Fonte: CCF

3.1.3. Execução da Despesa

A tabela abaixo apresenta detalhadamente a execução da despesa no ano de 2024.

Tabela 4 - Despesas Empenhadas por Categoria Econômica (PGJ)

Categoria Econômica	2024	%	2023	%
Despesas Correntes	R\$ 319.376.697,51	99,91%	R\$ 279.212.156,82	99,89%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 244.016.153,38	76,33%	R\$ 206.796.357,01	73,98%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 91.658,88	0,03%	R\$ 66.945,51	0,02%
Outras Despesas Correntes	R\$ 75.268.885,25	23,55%	R\$ 72.348.854,30	25,88%
Despesas de Capital	R\$ 292.693,57	0,09%	R\$ 314.205,01	0,11%
Investimentos	R\$ 67.859,86	0,02%	R\$ 87.737,38	0,03%
Amortização da Dívida	R\$ 224.833,71	0,07%	R\$ 226.467,63	0,08%
Totais	R\$ 319.669.391,08	100,00%	R\$ 279.526.361,83	100,00%

Fonte: CCF

3.2. Fundo de Modernização do Ministério Público - FMMP

O Fundo de Modernização do Ministério Público – FMMP foi criado pela Lei nº 5.398, de 08 de julho de 2004, com a finalidade de suprir o Ministério Público do Estado do Piauí - MPPI, com os recursos financeiros necessários ao cumprimento da sua função constitucional.

O FMMP é administrado por um Conselho Deliberativo, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, que anualmente prestará contas sobre a arrecadação e aplicação dos recursos disponíveis, aos membros do Conselho, bem como ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, como preconiza o art. 4º, caput e §2º da Lei nº 5.398/2004 e o art. 8, inciso II, da Instrução Normativa TCE nº 05, de 18 de dezembro de 2023.

A Contabilidade Pública, ciência responsável pelo registro, controle, análise e demonstração dos fatos financeiros, contábeis e patrimoniais, constitui uma ferramenta indispensável à Gestão Pública na tomada de decisões e na transparência dos atos praticados perante os entes de controle e à sociedade.

Portanto, a Coordenadoria de Contabilidade e Finanças, em cumprimento às disposições do Ato PGJ nº 479/2014 (art. 80, inciso II e art. 81, inciso III), apresenta o Relatório de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do FMMP, referente aos atos e fatos ocorridos durante o exercício 2024.

3.2.1. Despesa Fixada

O Orçamento, para o exercício 2024, foi aprovado através da Lei Estadual nº 8.248, de 19 de dezembro de 2023, a qual foi elaborada em conformidade com as orientações da LDO e os preceitos técnico-formais das normas do direito financeiro.

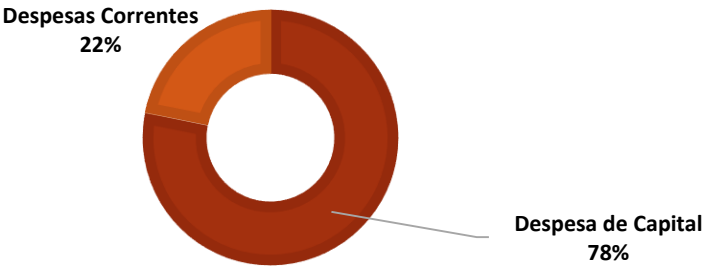
A despesa do FMMP foi fixada em R\$ 7.501.500,00 (sete milhões, quinhentos e um mil, quinhentos reais), evidenciando uma redução de 24,99% em relação ao valor do orçamento aprovado em 2023. A tabela a seguir apresenta a despesa fixada por categoria econômica.

Tabela 5 - Demonstrativo do Orçamento Aprovado (FMMP)

Categoria Econômica	2024	%	2023	%	VARIAÇÃO %
Despesas Correntes	R\$ 1.641.500,00	21,88%	R\$ 4.140.000,00	41,40%	-60,35%
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.641.500,00	21,88%	R\$ 4.140.000,00	41,40%	-60,35%
Despesas de Capital	R\$ 5.860.000,00	78,12%	R\$ 5.860.000,00	58,60%	0,00%
Investimentos	R\$ 5.860.000,00	78,12%	R\$ 5.860.000,00	58,60%	0,00%
Totais	R\$ 7.501.500,00	100,00%	R\$ 10.000.000,00	100,00%	-24,99

Fonte: CCF

Gráfico 44 - Orçamento Aprovado para 2024 (FMMP)



Fonte: CCF

3.2.2. Execução das despesas

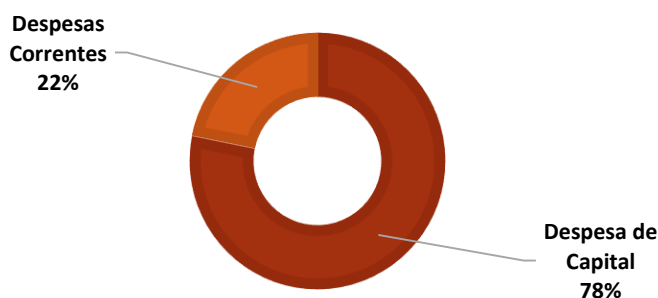
As despesas empenhadas no exercício 2024 atingiram o montante de R\$ 13.282.001,24 (treze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, um real e vinte e quatro centavos), o que representa um acréscimo de 192,47% em relação à despesa realizada no ano anterior, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 6 - Despesas Empenhadas por Categoria Econômica (FMMP)

Categoria Econômica	2024	%	2023	%	VARIAÇÃO %
Despesas Correntes	R\$ 8.507.393,80	64,05%	R\$ 3.054.017,38	67,25%	178,56%
Outras Despesas Correntes	R\$ 8.507.393,80	64,05%	R\$ 3.054.017,38	67,25%	178,56%
Despesas de Capital	R\$ 4.774.607,44	35,95%	R\$ 1.487.252,92	32,75%	221,04%
Investimentos	R\$ 4.774.607,44	35,95%	R\$ 1.487.252,92	32,75%	221,04%
Totais	R\$ 13.282.001,24	100,00%	R\$ 4.541.270,30	100,00%	192,47%

Fonte: CCF

Gráfico 45 - Orçamento Executado em 2024 (FMMP)



Fonte: CCF

3.2.3. Créditos Adicionais

O orçamento inicialmente autorizado, foi atualizado para R\$ 18.001.500,00 (dezoito milhões, um mil e quinhentos reais) através da abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais), tendo como fonte de recursos, o superávit financeiro apurado no final do exercício 2023 e a previsão de arrecadação do exercício 2024.

Os documentos oficiais que autorizaram tal alteração orçamentária foram os seguintes: Decreto nº 22.752, de 08 de fevereiro de 2024; Decreto nº 23.211, de 06 de agosto de 2024; Decreto nº 23.327, de 26 de setembro de 2024, todos publicados no Diário Oficial do Estado do Piauí.

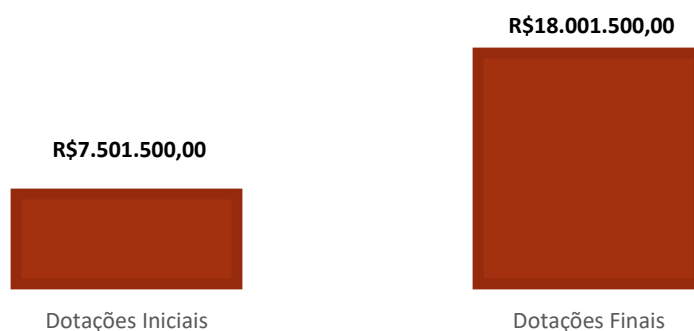
Após as alterações orçamentárias, verifica-se um aumento de aproximadamente 43% se comparado com o orçamento atualizado do ano anterior. As tabelas e gráficos a seguir detalham a movimentação orçamentária e demonstram a composição final do orçamento.

Tabela 7 - Demonstrativo dos Créditos Adicionais (FMMP)

Categoria Econômica	2024	%	2023	%	VARIAÇÃO %
Dotações iniciais	R\$ 7.501.500,00	41,67%	R\$ 10.000.000,00	79,13%	-24,99%
Créditos Adicionais	R\$ 10.500.000,00	58,33%	R\$ 2.638.000,00	20,87%	298,03%
Dotações finais	R\$ 18.001.500,00	100,00%	R\$ 12.638.000,00	100,00%	42,44%

Fonte: CCF

Gráfico 46 - Alterações Orçamentárias (FMMP)



Fonte: CCF

3.2.4. Receitas Arrecadadas

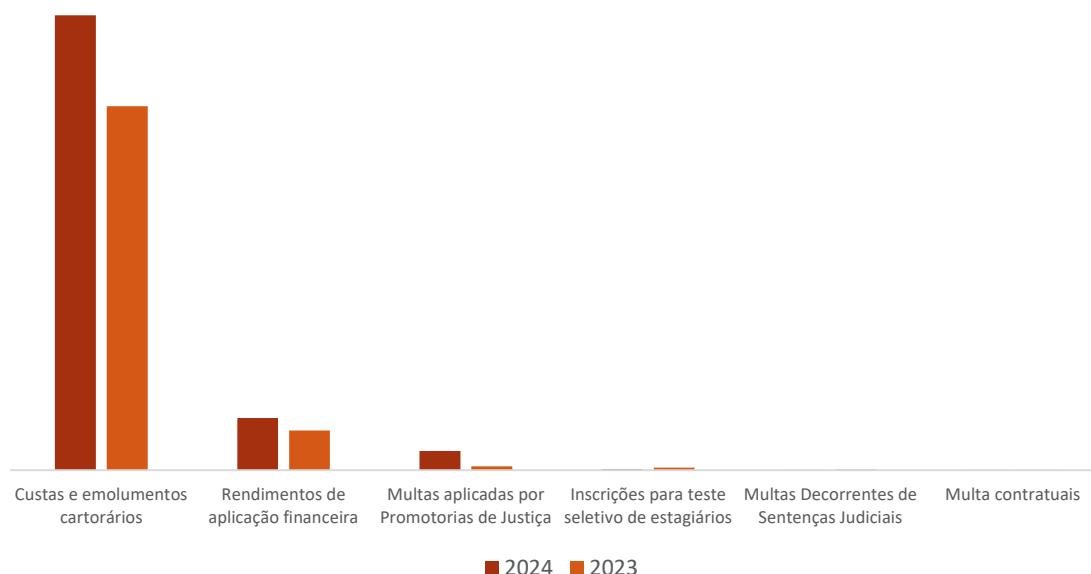
O FMMP arrecadou, no exercício 2024, o valor de R\$ 16.679.207,75 (dezesseis milhões, seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e sete reais e setenta e cinco centavos), conforme detalhamento a seguir:

Tabela 8 - Demonstrativo da análise comparativa da arrecadação (FMMP)

Fonte de Recursos	2024	2023	VARIAÇÃO %
Custas e emolumentos cartorários	R\$ 14.357.923,98	R\$ 11.491.218,41	24,95%
Rendimentos de aplicação financeira	R\$ 1.654.705,31	R\$ 1.254.752,99	31,87%
Multas aplicadas por Promotorias de Justiça	R\$ 607.041,14	R\$ 124.946,87	385,84%
Inscrições para teste seletivo de estagiários	R\$ 33.445,00	R\$ 80.210,00	-58,30%
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	R\$ 11.699,07	R\$ 24.559,38	-52,36%
Multa contratuais	R\$ 14.393,25	R\$ 4.572,06	214,81%
Total	R\$ 16.679.207,75	R\$ 12.980.259,71	28,50%

Fonte: CCF

Gráfico 47 - Análise Comparativa da Arrecadação (FMMP)



Fonte: CCS

Na composição da arrecadação do FMMP em 2024, destacam-se as receitas com custas e emolumentos cartorários que contribuem com aproximadamente 86% do total arrecadado. Em uma análise comparativa com a arrecadação do ano anterior, verifica-se um crescimento de 28,5%, como evidenciado na tabela a seguir.

3.3. Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FPDC

O Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - FPDC foi criado pela Lei nº 6.308, de 30 de janeiro de 2013, com o objetivo de criar condições financeiras e de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores, coordenadas pelo Ministério Público, por meio da Coordenadoria do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON.

O FPDC é administrado por um Conselho Gestor, presidido pelo (a) Coordenador (a) -Geral do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/MPPI, que anualmente prestará contas sobre a arrecadação e aplicação dos recursos disponíveis, aos membros do Conselho, bem como ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, como preconiza o art. 8º da Lei nº 6.308/2013 e o art. 8º, inciso II, da Instrução Normativa TCE nº 05, de 18 de dezembro de 2023.

A Contabilidade Pública, ciência responsável pelo registro, controle, análise e demonstração dos fatos financeiros, contábeis e patrimoniais, constitui uma ferramenta indispensável

à Gestão Pública na tomada de decisões e na transparência dos atos praticados perante os entes de controle e à sociedade.

Portanto, a Coordenadoria de Contabilidade e Finanças, em cumprimento às disposições do Ato PGJ nº 479/2014 (art. 80, inciso II e art. 81, inciso III), apresenta o Relatório de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do FPDC, referente aos atos e fatos ocorridos durante o exercício 2024.

3.3.1. Despesa Fixada

O Orçamento, para o exercício 2024, foi aprovado através da Lei Estadual nº 8.248, de 19 de dezembro de 2023, a qual foi elaborada em conformidade com as orientações da LDO e os preceitos técnico-formais das normas do direito financeiro.

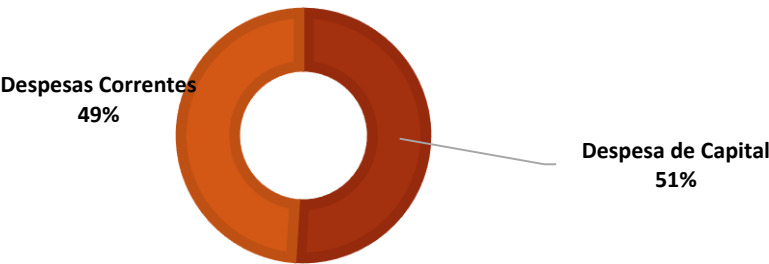
A despesa do FPDC foi fixada em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), o que denota um acréscimo de aproximadamente 54% em relação ao orçamento aprovado em 2023. A tabela a seguir apresenta a despesa fixada por categoria econômica.

Tabela 9 - Demonstrativo do Orçamento Aprovado (FPDC)

Categoria Econômica	2024	%	2023	%	VARIAÇÃO %
Despesas Correntes	R\$ 980.000,00	49,00%	R\$ 710.000,00	54,62%	38,03%
Outras Despesas Correntes	R\$ 980.000,00	49,00%	R\$ 710.000,00	54,62%	38,03%
Despesas de Capital	R\$ 1.020.000,00	51,00%	R\$ 590.000,00	45,38%	72,88%
Investimentos	R\$ 1.020.000,00	51,00%	R\$ 590.000,00	45,38%	72,88%
Totais	R\$ 2.000.000,00	100,00%	R\$ 1.300.000,00	100,00%	53,85%

Fonte: CCF

Gráfico 48 - Orçamento Aprovado para 2024 (FPDC)



Fonte: CCF

3.3.2. Execução das despesas

As despesas empenhadas no exercício 2024 atingiram o montante de R\$ 1.089.237,46 (um milhão, oitenta e nove mil, duzentos e trinta e sete reais e quarenta e seis centavos), o que representa um decréscimo de 54,76% em relação à despesa realizada no ano anterior, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 10 - Despesas Empenhadas por Categoria Econômica (FPDC)

Categoria Econômica	2024	%	2023	%	VARIAÇÃO %
Despesas Correntes	R\$ 442.941,04	40,67%	R\$ 523.683,91	21,75%	-15,42%
Outras Despesas Correntes	R\$ 442.941,04	40,67%	R\$ 523.683,91	21,75%	-15,42%
Despesas de Capital	R\$ 646.296,42	59,33%	R\$ 1.883.960,50	78,25%	-65,69%
Investimentos	R\$ 646.296,42	59,33%	R\$ 1.883.960,50	78,25%	-65,69%
Totais	R\$ 1.089.237,46	100,00%	R\$ 2.407.644,41	100,00%	-54,76%

Fonte: CCF

Gráfico 49 - Orçamento Executado em 2024 (FPDC)

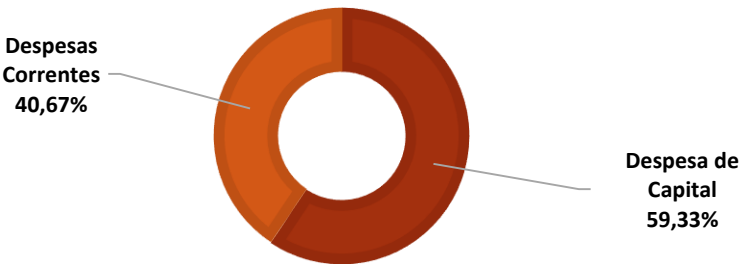
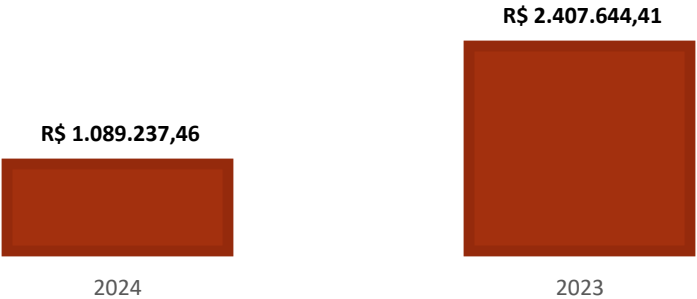


Gráfico 50 - Análise Comparativa da Execução Orçamentária (Despesas Empenhadas) (FPDC)



Fonte: CCF

3.3.3. Créditos Adicionais

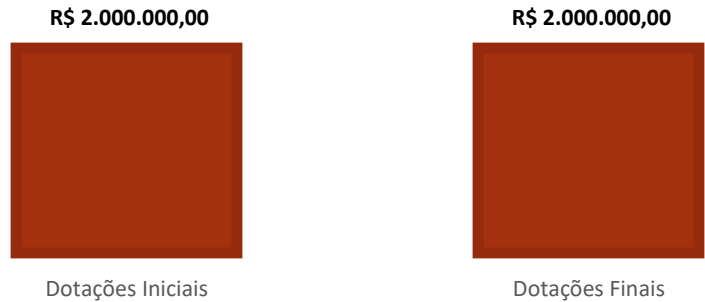
Durante o exercício, não foram abertos créditos adicionais suplementares ao orçamento inicialmente aprovado.

Tabela 11 - Demonstrativo dos Créditos Adicionais (FPDC)

Categoria Econômica	2024	%	2023	%	VARIAÇÃO
					%
Dotações iniciais	R\$ 2.000.000,00	100,00%	R\$ 1.300.000,00	43,08%	53,85%
Créditos Adicionais	R\$ -	0,00%	R\$ 1.717.300,00	56,92%	-100,00%
Dotações finais	R\$ 2.000.000,00	100,00%	R\$ 3.017.300,00	100,00%	-33,72%

Fonte: CCF

Gráfico 51 - Alterações Orçamentárias em 2024 (FPDC)



Fonte: CCF

3.3.4. Receitas Arrecadadas

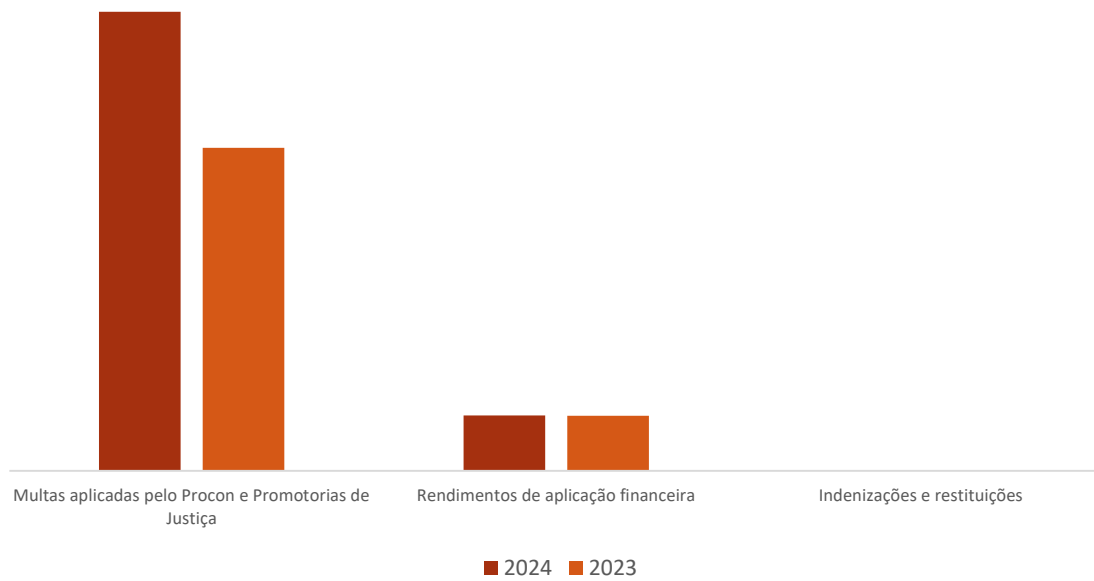
O FPDC arrecadou, no exercício 2024, o valor de R\$ 4.565.587,16 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos), conforme detalhamento a seguir:

Tabela 12 - Demonstrativo da análise comparativa da arrecadação (FPDC)

Fonte de Recursos	2024	2023	VARIAÇÃO %
Multas aplicadas pelo Procon e Promotorias de Justiça	R\$ 4.074.555,16	R\$ 2.865.597,51	42,19%
Rendimentos de aplicação financeira	R\$ 491.032,00	R\$ 488.085,28	0,60%
Indenizações e restituições	R\$ 0,00	R\$ 386,90	-100,00%
Total	R\$ 4.565.587,16	R\$ 3.354.069,69	36,12%

Fonte: CCF

Gráfico 52 - Análise Comparativa da Arrecadação (FPDC)



Fonte: CCF

Na composição da arrecadação do FPDC em 2024, assim como em anos anteriores, destacam-se as receitas com multas aplicadas pelo PROCON e Promotorias que contribuem com 89,24% do total arrecadado.

Anexos e Apêndices

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	
Nome:	Cleandro Alves de Moura
Cargo:	Procurador-Geral de Justiça
Período:	2023-2025
E-mail institucional:	pgj@mppi.mp.br
Telefone institucional:	(86) 2222-8000

SUBPROCURADORIA DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL	
Nome:	Hugo de Sousa Cardoso
Cargo:	Subprocurador-Geral de Justiça Institucional
Período:	2023-2025
E-mail institucional:	pgj@mppi.mp.br
Telefone institucional:	(86) 2222-8035

SUBPROCURADORIA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA	
Nome:	Rodrigo Roppi de Oliveira
Cargo:	Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo
Período:	2023-2025
E-mail institucional:	subprocadm@mppi.mp.br
Telefone institucional:	(86) 2222-8037

SUBPROCURADORIA DE JUSTIÇA JURÍDICA	
Nome:	João Malato Neto
Cargo:	Subprocurador-Geral de Justiça Jurídica
Período:	2023-2025
E-mail institucional:	pgj@mppi.mp.br
Telefone institucional:	(86) 2222-8057

CHEFIA DE GABINETE E LGPD	
Nome:	Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra
Cargo:	Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais
Período:	2023-2025
E-mail institucional:	lgpd@mppi.mp.br
Telefone institucional:	(86) 2222-8061

ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Nome:	Denise Costa Aguiar
Cargo:	Assessoria de Planejamento e Gestão
Período:	2023-2025
E-mail institucional:	planejamento@mppi.mp.br
Telefone institucional:	(86) 2222-8015